

**Figura III - Tabela da quantidade de macroações por *status* - Matriz de Danos -
Área 4**

	Concluída	Iniciada	Não Iniciada	On Hold	Cancelada	Total
MACROAÇÕES ÁREA 4				134,		
			127,	165,		
		158, 160,	128,	136,		
	90, 161, 165,	168, 172,	129,	137,		
170,	176,	130,	138,	88, 89,		
173, 181, 183,	182, 190,	132,	140,	162, 188,	54	
189, 198	192, 203,	133,	141,	205, 239		
	255, 262	154, 159,	178,			
		169, 175,	179,			
		177,	180,			
		191, 193,	197,			
		263, 264,	201,			
			204,			
	9	11	15	13	6	54
	17%	20%	28%	24%	11%	100%

Fonte: CAMF, 2021.

As macroações **88. 89. 90.** são referentes ao MePS. Dentre elas, apenas a **90.** está no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por terem sido canceladas anteriormente aos meses de março, abril ou maio.

90. DRP Temático - Matriz de danos. Encontros para aplicação de DRP, realizados pela equipe de mobilizadores utilizando material e técnicas pré-definidas. Os DRP's foram realizados no meio do ano de 2020, os mesmos foram utilizados para discutir os critérios do Auxílio Emergencial, antes do Acordo, e no auxílio da construção da matriz de danos. Não há previsão para a efetivação dessa macroação, pois o DRP voltado para as comunidades não aconteceu e não há uma previsão de acontecer, também torna-se necessário, segundo a ATI, a revisão dessa metodologia e a atualização desse indicador.



As macroações **127. 128. 129. 130. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 140. 141.** são referentes ao *DFIPA*⁵. Dentre elas, apenas as **134. 135. 136. 137. 138. 140.** estão no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por serem concluídas anteriormente aos meses de março, abril ou maio; ou estão em *on hold*, mas ainda se encontram dentro do prazo de execução.

134. DFIPA I e II. Se refere à construção do questionário do 2º Fluxo do DFIPA. Consta como concluída. Nos meses de fevereiro a maio, foram realizadas atividades de avaliação do questionário e análise de dados obtidos no primeiro fluxo, o que contribuiu para identificar as questões que serão aprofundadas no segundo fluxo. Concomitantemente, realizaram-se reuniões com a empresa contratada - *Civitas* - para aplicação do DFIPA, em que se discutiu o Plano de Trabalho do 2º fluxo e questões como a atuação da empresa na elaboração do questionário e na aplicação do pré-teste. O 2º fluxo foi enviado para *Civitas* em maio de 2021, com planilha a partir das perguntas coletadas para as perguntas para o 2º fluxo e amostragem. O questionário apresenta uma parte geral, em que aprofunda o 1º fluxo, como parâmetro para confirmar o antes e depois, e a outra parte relacionada ao aprofundamento dos danos como da saúde e dos residentes.

Os objetivos dessa macroação se relacionam com os objetivos 3, 6 e 8 do plano de trabalho. De acordo com a ATI, em reuniões de diálogo com a equipe, o processo tem se dado de forma multidisciplinar com contribuições de diversos setores do instituto e da consultoria - que se mostrou muito importante e metodologicamente coerente para o trabalho. Para esse diálogo foi nomeado um GT de Dados interno para construções coletivas para o 2º fluxo. Esse processo e estratégias adotadas pela ATI se apresentam bem planejados, bem estruturados e metodologicamente preparados para enfrentar os problemas que aparecem, e dessa forma, consolidar o trabalho em questão.

135. DFIPA I e II. Apresenta como meta a aplicação de 60 a 100 questionários como pré-teste do 2º Fluxo do DFIPA, essa aplicação tem como produto um relatório de testes realizados, para checagem de confiabilidade da pesquisa. A atividade foi realizada em abril de 2021 com realização de 61 entrevistas remotas e presenciais, analisadas pelo Setor de Pesquisa em Ciências Sociais do Instituto Guaicuy e devolvido a *Civitas* para as devidas

⁵ O DFIPA: (...) tem por objetivo identificar e registrar dados sobre a população do território, delineando características sociais, econômicas, culturais e de relação com o meio ambiente. Ele também servirá para compreender as pessoas que estão recebendo o pagamento emergencial e as que deveriam estar recebendo, conforme os critérios atuais em vigor(...).³



correções e ajustes. Tanto a ATI como a empresa contratada avaliam o 2º fluxo como muito produtivo e mais curto que o 1º fluxo, com a expectativa de finalização do relatório para junho de 2021. Iniciada e com prazo para finalizar em julho/21.

136. DFIPA I e II. Apresenta como meta o questionário ajustado e consolidado, esse indicador depende do andamento da ação 135. E conforme descrito na 135, a realização do pré-teste do 2º fluxo demandou da ATI e empresa contratada para a lapidação do questionário, como reorganização, verificação e testes internos para nova consolidação, e enfim, poder ser aplicado. Macroação finalizada em maio de 2021, e portanto concluída.

137. DFIPA I e II. Trata-se do relatório de checagem de 5 a 10% dos questionários do 2º fluxo. Os relatórios indicam os testes realizados, para checagem de confiabilidade da pesquisa e os percentuais de conformidade e/ou inconformidade para cada questão. A aplicação do questionário do 2º fluxo do DFIPA na área 4 teve início no dia 29 de maio de 2021. Como a metodologia da checagem específica que esta deve ocorrer concomitantemente à aplicação, considera-se que a atividade teve início nesta data. A expectativa é de que o relatório com os dados de checagem da pesquisa seja finalizado em julho de 2021.

138. DFIPA I e II. Tem como meta a aplicação de 70 a 100% dos questionários aplicados no 1º fluxo, essa atividade visa alcançar a quantidade de famílias consultadas, quantidade de recusas em responder e justificativa. A aplicação do questionário do 1º fluxo do DFIPA na área 4 teve início no dia 29 de maio de 2021. A expectativa é de que o relatório com os dados de checagem da pesquisa seja finalizado em julho de 2021.

140. DFIPA I e II. Tem como meta a caracterização do dano familiar da área 4, este indicador trata-se de dados sensíveis e fundamentais para atuação da ATI, na construção da matriz de dano familiar. O indicador requer repactuação. Importante destacar que o indicador é "on hold". O atraso justifica-se pelos atravessamentos em função da pandemia no país, sendo uma macroação que requer idas à campo, e diante o cenário atual e a conforme a incidência do vírus no território, conforme Boletim Epidemiológico, que pode comprometer a segurança sanitária de todos os envolvidos no processo.

As macroações **154. 158. 159. 160. 161. 162.** são referentes a Saúde e Assistência Social.

154. Ações Coletivas de identificar fatores de risco para saúde e para a proteção social a partir dos impactos do desastre entre crianças, adolescentes e adultos; identificar as lacunas na oferta de serviços da rede de saúde e socioassistencial e seu agravamento a partir dos



impactos do desastre, com previsão de início repactuação para abril de 2021. Porém com as atividades decorrentes do Acordo, a necessidade de participação das pessoas atingidas e a inviabilidade de sobreposição de ações e realizações de ações presenciais devido à onda roxa e posterior abertura gradual, a atividade consta como não iniciada, com necessidade de nova repactuação, ainda sem retorno pela EY. Desse modo, a ATI entende a necessidade de repactuar a data de início para agosto de 2021, sendo atividade de extrema relevância para o levantamento de informações para a matriz de danos.

A pandemia é um fator preponderante nas paralisações de muitas atividades, na qual o Instituto Guaicuy atua frente a isso com muita responsabilidade. Em diálogo com a ATI, as ações coletivas presenciais retornam gradualmente, respeitando os protocolos sanitários, como pequenos grupos e locais apropriados. As Unidades Móveis de acolhimento de saúde, iniciadas em maio, tem tido uma boa adesão no território, possibilitando o mapeamento de demandas.

158. Ações coletivas. A avaliação do impacto do desastre na saúde e na proteção social das pessoas atingidas é constante durante todo o processo, pois é executada mediante demanda. Em março/21 foi realizada reunião com grupo temático de mulheres. Em abril/21, em virtude da grande quantidade de ações para atender às demandas do Acordo, não foram realizados encontros de grupos temáticos. Em maio/21 foram retomadas as ações com mulheres e iniciadas as ações com juventudes. O objetivo desses grupos temáticos consiste num olhar atento para a compreensão sobre as vulnerabilidades de saúde, e seus efeitos no processo de desterritorialização da população atingida. A equipe de referência acompanhou algumas dessas atividades e notou a relevância para a construção da matriz de danos. Macroação iniciada e de natureza constante.

Os Grupos Temáticos são excelentes ferramentas metodológicas para a coleta de especificidades de grupos e marcadores sociais. O acolhimento próprio possibilita maior engajamento, participação, e incorporar dinâmicas que favorecem a reunião. Nos acompanhamentos, a Equipe de Referência da CAMF pôde observar que a apresentação de demandas, queixas, violação de direitos, de sofrimento social são expostas, considerando lugares localizados de vivências. As narrativas são profundas e eficientes como aspectos

materiais, de dados para a construção da matriz de danos.

159. Ações coletivas. Se refere a avaliação do impacto do desastre sobre a rede de serviços de saúde e de proteção social nos territórios atingidos. Consta com o *status* de “não iniciada”. Repactuação para maio de 2021, devido ao contexto pandêmico; troca de gestão municipal, e; funcionamento dos equipamentos públicos, dificultando a reconstrução da relação da ATI com o poder público. Equipe de Articulação Institucional assume a frente nessas interlocuções e diálogo com os setores públicos. Desse modo, justifica-se o *status* não iniciado da atividade.

160. Diagnóstico das Condições de Saúde. A análise de dados secundários oficiais antes e pós desastre, incluindo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD, do Sistema de informação do SUS/SIA-SUS, programas Sociais do Governo Federal, entre outros. Seu *status* consta como “iniciada” e é constante durante todo o processo. No período deste finalístico foi produzida uma nota técnica sobre “Exposições ambientais e Implicações à Saúde Humana”, primeira versão em abril de 2021 e segunda versão em maio de 2021, e um documento de perguntas e respostas produzido a partir de formação interna multidisciplinar, realizado pelas áreas temáticas de Saúde e Assistência Social, Ciências Ambientais e Ciências Agrárias. Todo o material produzido tem como objetivo apresentar devolutivas dos dados coletados e resultados para as comunidades atingidas, cumprindo-se o objetivo precípua de fomento da participação informada. .

161. Diagnóstico das Condições de Saúde. Atividade concluída e entregue documentos como combinado.

162. Governança. A equipe de Saúde e Assistência Social chegou a desenvolver a ação de produção de notas técnicas e fluxogramas de acordo com as políticas sociais básicas, visando uma articulação institucional. Mas, a ação foi cancelada devido à entrada da coordenação de AI, que acabou cumprindo essa função proposta pela equipe de Saúde. Portanto, como identificado a partir da descrição das macroações, é percebido que as atividades da área da Saúde e Assistência Social dependem de uma relação e diálogo direto com as pessoas atingidas e necessidade de estabelecimento em campo, para serem efetivas.



As macroações **165. 168. 169. 170. 172. 173. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 188.** são referentes à Análise Ambiental, Agrária e Econômica. Dentre elas, apenas as **168. 172. 175. 176. 182.** estão no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por serem concluídas ou canceladas anteriormente aos meses de março, abril ou maio; ou não foram iniciadas ou estão *on hold*, mas ainda se encontram dentro do prazo de execução.

168. Impactos no sistema hídrico e nos cursos d'água. O Relatório consolidado de qualidade de água e de sedimentos, apresentando os dados de monitoramento e outros dados de instituições públicas e privadas, tem como meta o relatório parcial de qualidade de água e de sedimentos. Consta com o *status* de iniciado. A empresa contratada para prestar a consultoria dessa atividade foi contratada em dezembro de 2020, como justificado pela ATI.

Apresenta como evidência o relatório de dezembro a fevereiro, o relatório apresenta coesão com o Plano de Trabalho, as metodologias e técnicas utilizadas apresentam coerência com o que determina a boa literatura em hidrossedimentologia e hidroquímica fluvial. O processo e estratégias adotadas pela ATI se apresenta bem planejado, bem estruturado e metodologicamente preparado para enfrentar os problemas que aparecem.

Para tanto, foi constatado junto a ATI que ao longo do período de vigência desta macroação estão ocorrendo coletas de sedimento, água superficial e subterrânea. As devolutivas são o principal foco da equipe no atual momento.

A metodologia dos relatórios contempla todas as demandas dos atingidos. Entretanto, foi relatado que há atrasos em relação às devolutivas aos atingidos, tal atraso justifica-se devido a melhoria na comunicação, em relação a transposição didática das informações presentes nos relatórios, a fim de garantir a compreensão por parte dos atingidos.

No que tange às coletas, foi informado que trata-se de um processo de análise mais detalhado, tornando-se necessário posteriormente realizar a devolutiva aos solicitantes. Cada resultado de análise tem um indicador técnico metodológico.

172. Qualidade das águas para o uso humano. Para tanto, foi apresentado o relatório de prestação de contas trimestral contendo as ações realizadas, a avaliação dos participantes e



resultados preliminares, houve campanhas de coleta e análise realizadas no mês de outubro e novembro de 2020.

Apresenta como evidência o relatório de dezembro a fevereiro, o relatório apresenta coesão com o Plano de Trabalho e com o objetivo 6, que diz sobre o subsídio aos autores processuais da produção de prova técnica para identificar e mensurar danos suportados visando a reparação integral a partir da visão e fala da comunidade e pessoas atingida. O procedimento adotado foi robusto e as metodologias e técnicas utilizadas apresentam coerência com o que determina a boa literatura da área.

As atividades e ações relacionadas à questão da água podem ser acompanhadas, por meio do GT meio físico realizado pela CAMF, com participação de representantes de todas as ATIs, em reuniões, também, com a coordenação ambiental do Instituto Guaicuy e nas nucleações realizadas pela ATI, que sempre trazem como repasses os dados das análises das águas, de forma bem didática, promovendo dessa forma a participação informada dos atingidos. Deve-se ressaltar que as ações adotadas a partir dessa macroação são semelhantes à descrição realizada na macroação 168.

Percebe-se uma excelente organização, estratégias metodológicas e técnicas de coleta, sistematização e avaliação adotadas pela equipe para conseguir executar essas ações. Assim como nas nucleações de apresentação de dados sobre a água, fica perceptível o papel de assessoria sendo executado, através de uma da realização da tradução técnica para a participação bem informada, tornando os atingidos protagonistas do processo.

175. *Biomonitoramento.* Serão realizadas em conformidade com o detalhamento metodológico, com participação ativa da população atingida e com a finalidade de responder questionamentos da população. Terá como produtos entregáveis as coletas de biomonitoramento e análises realizadas, e resultados emitidos. A empresa responsável pelas coletas foi contratada em janeiro de 2021 e as coletas iniciadas em março. Laboratório para análises de contaminantes ainda em processo de contratação. Ficou acordado com a EY a entrega do relatório trimestral em junho de 2021. A coleta de demandas, que foi iniciada em abril, porém foram paralisadas devido a onda roxa. O retorno é positivo e os atingidos estão satisfeitos com as coletas de peixes. A demanda por análises da ictiofauna foi menor em relação às demais, pois a metodologia é definida pela literatura. Sobre os planejamentos de campo, é responsabilidade da ATI e da empresa terceirizada que a executa, visando a



logística da coleta. A ATI acompanha a empresa por segurança e por representação no território. No Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 4 março a maio/21, enviado pelo Instituto Guaicuy, a atividade consta com o *status* iniciado.

176. *Biomonitoramento.* Iniciada entre Março e Abril de 2021. Foi paralisada durante o período “onda roxa” da Covid-19. Segundo a ATI, o retorno é positivo, na medida em que os atingidos estão satisfeitos com as coletas da ictiofauna. As demandas por análises da ictiofauna, no período em questão, foram menores em relação às demais citadas anteriormente. A metodologia utilizada para tais procedimentos é baseada na literatura, e está no Termo de Referência.

182. *Uso da terra.* Relatório apresentando as alterações nas dinâmicas de uso e ocupação da terra após o rompimento da barragem. A proposta inicial era refletir na análise do uso da terra a partir do rompimento. Construção de um relatório técnico metodológico territorial. Ocorreram alguns avanços como a articulação das imagens gratuitas. Trata-se de um trajeto metodológico, a última análise será a partir da última imagem, dado mais próximo da realidade, junto com os dados agrupados a mais tempo. A proposta é finalizar próximo a outubro/21, onde a análise será a partir da última imagem obtida, e fazer a comparação com outros sistemas de imagens. Portanto, fora do escopo.

As macroações **189. 190. 191. 192. 193.** são referentes aos Estudos Econômicos. Dentre elas, apenas as nº **190. 192.** estão no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por terem sido concluídas anteriormente aos meses de março, abril ou maio; ou por não terem sido iniciadas, *mas* ainda se encontram dentro do prazo de execução.

190. *Impactos nas economias e nos sistemas produtivos.* Anteriormente, havia sido acordado a entrega de um relatório parcial, tendo a última entrega ocorrido em março/21. Atualmente extinguiu-se o estudo econômico e com isso, alguns indicadores não serão passados; os indicadores de Turismo e Lazer se mantém, mas a ação 190 não entrará na análise, será cancelada posteriormente pois não há mais a coordenação.

192. *Impactos nas economias e nos sistemas produtivos.* Tem como produto um relatório com resultados preliminares do mapeamento da cadeia do turismo na área 4, apontamento dos possíveis impactos relacionados a essa cadeia produtiva. Para tornar o fluxo de informações mais coeso, foi acordado a entrega trimestral desses relatórios,



acompanhando o escopo do Relatório Finalístico; seu *status* consta como “iniciado” em agosto de 2020 e será constante por todo o trabalho da ATI.

As evidências contêm o relatório “MAPEAMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO E PERDAS AO LAZER (ÁREA 4 E 5)” com o detalhamento das atividades executadas de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021.

Está em estágio avançado com as juventudes que participam de um Grupo de Estudos (GE) e com a nucleação voltada para o grupo de mulheres atingidas. Busca mobilizar também os adultos ativos. Está preparando o retorno ao campo de forma organizada e contínua.

As macroações **197. 198. 201. 203. 204. 205.** são referentes ao MePS. Dentre elas, apenas as **197. 201. 203. 205.** estão no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por serem concluídas anteriormente aos meses de março, abril ou maio; ou estão *on hold*, mas ainda se encontram dentro do prazo de execução.

197. Avaliações e Monitoramento de Saúde Animal e Bem Estar Animal. Tem como meta um relatório final consolidado sobre as condições de saúde e o BEA. Essa atividade encontra-se com o *status* de “*on hold*”. A ATI não contratou consultoria especializada em bem estar animal. Foi relatado à equipe técnica da CAMF, que a não contratação deve-se a indisponibilidade desse tipo de serviço no mercado. Estão ocorrendo coletas de dados que ajudam a analisar essas informações, isso será trabalhado indiretamente. Não será removido dos indicadores, porém a metodologia das entregas será diferente. Tem a expectativa de adquirir um *software* para filtrar as informações, assim sendo, pode considerar nisso a atividade foi iniciada, mas sem indicadores oficiais.

201. Levantamento de dados e danos do segmento agrário e produção agropecuária. Construção de um relatório apresentando o cenário agropecuário das regiões consta como “*on hold*”, uma vez que a ATI aguarda liberação de dados pelo IBGE das regiões, tinha uma previsão para janeiro de 2021 mas essa ação não foi formulada por falta de retorno do IBGE. Mesmo tentando vários acessos, a expectativa é não contar com esses dados; tentam incidir de forma direta para conseguir os dados, mas é difícil, ainda não definiram a metodologia para análise sem o banco de dados do IBGE. Ação está suspensa.

203. Levantamento de dados e danos do segmento agrário e produção agropecuária. A ação permanece como iniciada, mas a onda roxa impactou a reformulação da equipe do Instituto Guaicuy, está sendo realizado o acolhimento sistematizado remoto. As oficinas não



foram iniciadas, agora no campo foram feitas diretrizes de acolhimento, como orientações técnicas e articulando com órgãos públicos como por exemplo: a Secretaria de Saúde dos municípios, zoonoses e etc; A proposta é pensar em trocar a metodologia para acolhimento que possibilita levantar dados, qualificar e criar possibilidades das pessoas atingidas se manterem informados posteriormente. Dentro dos núcleos as temáticas estão limitadas por conta do Acordo. Tem feito acolhimentos com a reformulação da equipe, muitos entendimentos do trabalho mudaram; estão tentando parcerias com instituições como EMATER e prefeitura (zoonoses) para essas análises; o acolhimento serve para ajudar a pessoa a ter ciência do que está precisando no momento, e conseguir atuarem sem a ATI.

205. Divulgação de dados sistematizados e secundários. A macroação foi iniciada e passou a ser realizada em conjunto com a equipe de Comunicação. A equipe vem elaborando materiais de orientação, como cartilhas e devolutivas, porém optou-se pelo cancelamento das atividades.

As macroações **239. 255. 262. 263. 264.** são referentes à equipe dos Direitos dos Atingidos. Dentre elas, apenas as n° **255. 262. 264.** estão no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por serem canceladas anteriormente aos meses de março, abril ou maio; ou não foram iniciadas, mas ainda se encontram dentro do prazo de execução.

255. Atuação extrajudicial/administrativa. Tem o prazo de execução de janeiro de 2021 a dezembro de 2021, consta com o *status* de iniciada. Sua meta é o relatório de atendimento contendo dados quantitativos, enviado trimestralmente. Começou com a equipe em campo; consiste em inserções territoriais; analistas dos direitos em campo, é uma atividade presencial; foi encaminhado uma planilha de data, atividade (ex plantão da área) município comunidade, quantidade de pessoas atendidas, nome do analista, *status* (equipe responsável) encaminhado para EY; além disso teve a onda roxa da pandemia que atrapalhou os processos.

262. Matriz de danos. Tem como meta o relatório parcial, conforme elaboração, e final, contendo os danos materiais e imateriais já identificados de forma consolidada, essa atividade consta o *status* de iniciada, tendo seu início em maio de 2020 e será constante no trabalho da ATI. Foi mandada a primeira evidência do relatório preliminar da matriz de danos para as IJs identificando alguns danos. Há previsão de contratação de consultoria para a construção da matriz de danos e ciclos de formações internas de equipe. *Status* iniciado.

Embora algumas atividades estejam atrasadas, o trabalho está em andamento, bem



estruturado e justificado. Ademais, as macroações dialogam com os objetivos de acolher as demandas, as dúvidas e os questionamentos apresentados pelas pessoas e pelas comunidades atingidas, apoiando encaminhamentos, atividades e ações necessárias para o processo de reparação. Visa construir junto às pessoas atingidas formas e prioridades de trabalho adequadas às diferentes realidades sociais e particularidades locais, de forma a garantir a inclusão ampla e irrestrita das pessoas atingidas no processo de reparação; assim como identificar, reconhecer e valorizar os diferentes conhecimentos e saberes, dialogar, junto às pessoas e às comunidades atingidas, dados e informações geradas pelas comunidades, por órgãos públicos, por instituições privadas e pela assessoria técnica e que contribuam para o entendimento dos diferentes danos gerados a partir do rompimento da barragem; e também subsidiar os autores processuais na produção de prova técnica para identificar e mensurar os danos. Por fim, através das atividades que acompanhamos se percebe efetivamente esses objetivos sendo cumpridos, as atividades sendo realizadas com êxito e o trabalho se relacionando como um todo proporcionando a participação informada para os fins últimos de uma reparação integral, através da matriz de danos.

3.4 Pagamento Emergencial

Desde a assinatura do Acordo, em fevereiro de 2021, o eixo do Pagamento Emergencial foi substituído pelo Anexo I.2, Programa de Transferência de Renda. Sendo assim, deixa de ser objeto de ações a serem executadas pelo Instituto Guaicuy. No Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 4 março a maio/21, enviado pelo Instituto Guaicuy, todas as macroações referentes a este eixo são justificadas de forma plausível, informando seu cancelamento.

4. ANÁLISE FINANCEIRA

O Instituto Guaicuy apresentou para o período de março a julho de 2021 o orçamento relativo à área 4 com o descritivo de despesas no valor total de R\$ 9.751.304,59 (nove



milhões, setecentos e cinquenta e um mil, trezentos e quatro reais e cinquenta e nove centavos). Este valor foi composto pelo saldo em conta corrente bancária do dia 28/02/2021 no valor de R\$ 950.559,50 (novecentos e cinquenta mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) acrescidos do segundo repasse ocorrido em março de 2021 no valor de R\$ 8.800.745,09 (oito milhões, oitocentos mil, setecentos e quarenta e cinco reais e nove centavos).

A seguir, o quadro 1 traz o resumo da previsão orçamentária que foi elaborada pela ATI para a execução do POT da área 4 no período março a julho de 2021, considerando a divisão de recursos propostos para o que seria de atividades da 2ª vara e o que caberia ao acordo.

Quadro 1 - Resumo da Composição Orçamentária do POT

ORÇAMENTO PLANO TRANSITÓRIO ÁREA 04 - MARÇO A JULHO DE 2021 - V02

DESCRIÇÃO	ACORDO	2ª VARA	VALOR TOTAL	PERCENTUAL
1. ATIVIDADES ATINGIDAS - METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS	0,00	94.200,00	94.200,00	0,97%
2 - CONSULTORIAS/ PRODUTOS	0,00	2.086.236,42	2.086.236,42	20,88%
3 - RECURSOS HUMANOS	3.649.022,24	405.446,92	4.054.469,16	41,58%
4 - CUSTEIO	0,00	1.087.139,63	1.087.139,63	11,15%
5 - INVESTIMENTO	540.450,00	0,00	540.450,00	5,54%
6 - COMUNICAÇÃO	0,00	485.000,00	485.000,00	4,97%
7 - COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO	0,00	283.652,84	283.652,84	2,91%
8 - TAXA DESMOBILIZAÇÃO "GATILHO" - 12% VALOR PLANO TRANSITÓRIO	1.170.156,55	0,00	1.170.156,55	12,00%
9 - TAXA DE ADM (SOBRE VALOR ACORDO - 90%RH + INVESTIMENTO) - PERCENTUAL A DEFINIR	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	5.359.628,79	4.391.675,80	9.751.304,59	100,00%
PERCENTUAL	54,96%	45,04%	100,00%	-

Fonte: Planilha Orçamentária – Plano Operacional Transitório (POT)

Para a análise financeira deste documento, apesar do detalhamento e divisão de fontes de recursos mencionada no quadro 1, usou-se como base valores cheios do que foi previsto e realizado para cada macro rubrica. Assim, considerando a composição orçamentária proposta no POT e o período realizado de março de 2021 a maio de 2021, foi elaborado no quadro 2 uma síntese da evolução orçamentária por rubrica para demonstrar, através da relação entre os valores previsto e os realizados transcorridos os 3 (três) meses de execução, informando ainda saldo residual do período e total.



Quadro 2 - Controle Orçamentário - Plano Transitório Operacional - Área 4

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	PREVISTO MARÇO A JULHO DE 2021	PREVISTO MARÇO O A MAIO DE 2021	REALIZADO MARÇO A MAIO DE 2021		SALDO DO PERÍODO	SALDO TOTAL
			TOTAL	%		
1. Reuniões Núcleos Comunitário	94.200,00	56.520,00	0,00	0%	56.520,00	94.200,00
2. Contratação de Consultorias Especializadas	2.036.236,42	1.066.552,68	345.683,29	32%	720.869,39	1.690.553,13
3. RH (Salários/ Encargos/ Benefícios)	4.054.469,16	2.171.857,10	1.411.287,41	65%	760.569,69	2.643.181,75
4.1 - Custo Operacional	1.087.139,63	599.739,63	199.380,67	33%	400.358,96	887.758,96
4.2 - Despesas com Bens, móveis e equipamentos	540.450,00	513.690,00	285.222,19	56%	228.467,81	255.227,81
5. Comunicação	485.000,00	255.400,00	4.407,76	2%	250.992,24	480.592,24
6. Coordenação e acompanhamento metodológico	283.652,84	170.191,70	319.755,58	188%	(149.563,88)	(36.102,74)
Taxa de desmobilização – GATILHO	1.170.156,55	702.093,93	0,00	0%	702.093,93	1.170.156,55
TOTAL	9.751.304,59	5.536.045,04	2.565.736,90	46%	2.970.308,14	7.185.567,69

A partir das informações apresentadas pode-se verificar que para o período de março de 2021 a maio de 2021 foi previsto no POT o valor de R\$ 5.536.045,04 (cinco milhões, quinhentos e trinta e seis mil, quarenta e cinco reais e quatro centavos), sendo realizado R\$ 2.565.736,90 (dois milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, setecentos e trinta e seis reais e noventa centavos), que corresponde a 46% do previsto, como demonstrado no quadro 2.



Para complementar as informações financeiras, a ATI encaminhou notas explicativas relacionadas aos eventos que teriam influenciado para uma menor execução financeira com relação ao que foi planejado para o período. Dentre as justificativas apresentadas destacou-se que a indefinição a respeito da aprovação do POT causou incertezas jurídicas e financeiras. Ressaltou-se, também, que o aumento dos índices da pandemia do Coronavírus em Minas Gerais prejudicou as atividades presenciais e essas ocorrências teriam sido determinantes para a menor realização financeira no período de março a maio de 2021.

A seguir analisa-se a execução orçamentária por macro rubricas, onde inicialmente pode-se verificar que não houve realização de gastos no período a título de “Reuniões Núcleos Comunitário”. Os dispêndios que compõem esta rubrica se justificam para atividades realizadas de forma presencial, sendo portanto não validadas no período considerado.

Com relação à rubrica “Contratação de Consultorias Especializadas” verifica-se que foram realizados 32% dos valores previstos para o período. A ATI justificou que a baixa execução no período estaria relacionada à necessidade de redução das atividades presenciais em campo por conta da pandemia do Covid-19.

Para a rubrica “RH (Salários/ Encargos/ Benefícios)” apresenta-se a realização de 65% com relação ao previsto. Com relação a esta rubrica o Instituto Guaicuy informou que a partir do recebimento dos recursos ocorrido em março de 2021, foi iniciado o processo de contratação de novos colaboradores conforme previsto no orçamento do POT e, desde então, vem realizando as adequações previstas.

Quanto à rubrica “Custos Operacionais” verifica-se que 33% do valor previsto foi realizado. Como principal justificativa, a ATI informou que houve a necessidade de voltar com os escritórios regionais para atividade remota em função dos riscos impostos pela pandemia do COVID-19. Com relação à rubrica “Despesas com Bens Móveis e Equipamentos” apura-se que houve realização de 56% do valor com relação ao previsto. Para a rubrica de “Comunicação” apura-se que houve realização de 2% do valor com relação ao previsto para o período.

Quanto à rubrica “Coordenação e acompanhamento metodológico” pode-se verificar que o valor realizado está maior que o valor previsto, inclusive para todo o período do POT. Foram previstos R\$ 283.652,84 (duzentos e oitenta e três mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e oitenta e quatro centavos) e realizados 319.755,58 (trezentos e dezenove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), o que corresponde a 113%



do valor previsto. Neste caso, houve equívoco na previsão orçamentária da rubrica. Através dos levantamentos realizados pode-se verificar que existia um passivo junto à CAMF desde outubro de 2020 que não foi considerado na composição da rubrica. Entretanto, é possível fazer adequação através de solicitação de remanejamento de rubricas.

Por fim com a relação a rubrica prevista a título de “Taxa de desmobilização – Gatilho” o objetivo desta rubrica seria criar uma provisão para custear o pagamento de eventuais despesas, caso haja a necessidade de encerramento das atividades do projeto, antes do prazo previsto. No entanto, até a data da emissão desta análise não existe definição da aprovação ou não da pertinência do valor previsto para esta rubrica. Cabe ressaltar que por se tratar de uma “reserva” de numerário não se aplica a realização desse recurso para o período em análise.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a necessidade de dar execução ao Acordo Judicial, inúmeras novas demandas foram apresentadas às assessorias e, em consequência, à CAMF, o que continua implicando um esforço coletivo no estudo e análise do contexto, a fim de alinhar e planejar ações que viabilizem a garantia do acesso à participação informada das populações atingidas.

Outro importante cenário, externo ao trabalho do Instituto Guaicuy e da CAMF, conforme exposto no corpo do Parecer, é o agravamento da pandemia de Covid-19, que motivou o decreto de onda roxa pelo Estado de Minas Gerais em diversos municípios das regiões atingidas. A dificuldade de acesso à telefonia e *internet*, que vivenciam a maioria das comunidades atingidas, tornou-se um desafio ainda maior promover a participação das pessoas atingidas durante este período de severas restrições.

Os prazos exíguos para as consultas e formulações de propostas foi outro fator limitador à participação de atingidos e atingidas no processo de execução do Acordo, apesar do esforço implementado pela assessoria e comunidades objetivando cumprir os prazos determinados. Constatou-se que os prazos estabelecidos limitaram os processos participativos ao não considerar o tempo, dinâmica e demandas comunitárias já estabelecidas.

Em diálogo com a ATI, é percebida a insegurança sobre os procedimentos de entrega de documentos e evidências, da forma como apresentar as atividades executadas no período,



visto que o POT está em aprovação, ao mesmo tempo que a EY assegurava as atividades do Processo. Diante disso, pode-se afirmar que as equipes se empenharam para executar o trabalho, tendo aumentado significativamente as ações para a efetivação da comunicação e participação informada.

É imprescindível que a avaliação da CAMF considere, sobretudo, os acompanhamentos ao Instituto Guaicuy, uma vez que os documentos apresentados, são uma mínima parcela e não expressam a realidade do trabalho executado, visto que são percebidas algumas lacunas que são de ordem burocrática entre o Instituto Guaicuy e EY. Desse modo, uma análise *per si* dos documentos, apresenta limitações para uma avaliação consistente da ATI. Enquanto Equipe de Referência CAMF, no acompanhamento metodológico finalístico, foi possível identificar a execução das atividades de modo dinâmico, em função do diálogo e acompanhamento com a ATI. Avalia-se que os indicadores definidos juntos à EY requerem alteração, pois geram redundâncias, e por vezes não são suficientes para indicar/avaliar, ou demonstrar as especificidades por região.

O Instituto Guaicuy possui metodologias sólidas e efetivas, com excelente adesão no território. Durante as reuniões sobre os Anexos do Acordo, a participação foi ativa. As equipes de campo residentes nos territórios possibilitaram que a abordagem da ATI fosse eficiente e eficaz, uma vez que é estabelecido um contato aproximado, dialógico, e sobretudo, que as pessoas atingidas sintam-se confiantes diante da atuação da ATI. Apesar dos desafios, seja as limitações em função da pandemia ou as mudanças no processo, o Instituto Guaicuy tem se saído bem na função alocada às ATIs de levar as informações aos atingidos.

Visto que são identificadas contradições no texto e na planilha de atividades, para o próximo Relatório Finalístico, ressalta-se a necessidade de uma filtragem das macroações condizentes com o período, e com isso uma definição mais qualificada dos indicadores, bem como do andamento das atividades. Reafirma-se a relevância da reformulação do Relatório Finalístico, que poderão ser discutidas em reuniões, conjuntamente com a Equipe de Referência da CAMF. Relacionar a meta/produto a ação também possibilita maior fundamentação para análise e embasamento.

No que tange a análise financeira, para o período de março a maio de 2021, correspondentes aos três primeiros meses de vigência do POT, verifica-se que a ATI



executou 41% dos recursos previstos para o período. Sob o aspecto financeiro, considerando o processo de implementação do POT, pode-se concluir que a execução financeira foi prejudicada, uma vez que, neste período, as atividades foram executadas sem a formalização do Termo Aditivo. Desta forma, a execução financeira encontra-se sem lastro orçamentário previamente aprovado.

Não obstante, questões como valores a título de taxa de administração e desmobilização, a necessidade ou não de segregação dos controles financeiros no que diz respeito aos escopos das ações relacionadas ao Acordo e ao Processo estão pendentes de definições. Essas indefinições prejudicaram inclusive o acompanhamento e monitoramento metodológico da execução financeira pela CAMF no período sob análise.

Belo Horizonte, 22 de julho de 2021.

Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico

Coordenação Geral e Coordenação Técnica

Equipe Jurídica e de Referência de Campo

Assessoria de Processos e Finanças

Assessoria de Meio Biótico



REFERÊNCIAS

Instituto Guaicuy. **Plano de Trabalho de Assessoria Técnica às comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem B-I e Soterramento da Barragem B-IV-A da Minas Córrego do Feijão da Empresa Vale S.A.** Carla Wstane. Belo Horizonte, 2020.

Instituto Guaicuy. **Relatório Trimestral Finalístico IV – Área 4.** Coord. Carla Wstane. Belo Horizonte, 2020.

Instituto Guaicuy. **Anexo I – Ações finalísticas Guaicuy Área 4.** Coord. Carla Wstane. Belo Horizonte.

Instituto Guaicuy. **Plano Operacional Transitório de Assessoria Técnica Independente – Área 4.** Coord. Carla Wstane. Belo Horizonte, 2021.

PUC Minas. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. **Parecer Finalístico III das áreas 4 e 5: Projeto Paraopeba** – Coordenação e Acompanhamento Metodológico e Finalístico para Atuação junto às Assessorias Técnicas Independentes no Processo de Reparação Integral das Perdas das Populações na Bacia do Rio Paraopeba. Belo Horizonte: jun. 2020.

PUC Minas. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. **Plano de Trabalho: Projeto Paraopeba** – Coordenação e Acompanhamento Metodológico e Finalístico para Atuação junto às Assessorias Técnicas Independentes no Processo de Reparação Integral das Perdas das Populações na Bacia do Rio Paraopeba. Belo Horizonte: jun. 2020.

PUC Minas. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. **MANIFESTAÇÃO DA COORDENADORA DE ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO E FINALÍSTICO DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS INDEPENDENTES AEDAS, NACAB E GUAICUY - Análise complementar dos Planos Operacionais Transitórios de acordo com o roteiro apresentado pelo Comitê de Compromitentes** – Coordenação e Acompanhamento Metodológico e Finalístico para Atuação junto às Assessorias Técnicas Independentes no Processo de Reparação Integral das Perdas das Populações na Bacia do Rio Paraopeba. Belo Horizonte: jun. 2021.

TERMO de Compromisso. **Instituições de Justiça e Assessorias Técnicas Independentes.** Belo Horizonte, fevereiro de 2020.

Registros de reuniões - instrumentos e memórias. **Equipe de Referência CAMF - Áreas 4 e 5,** Belo Horizonte, 2021.







Pró-reitoria de Extensão



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

**PARECER TÉCNICO DA COORDENADORA DE ACOMPANHAMENTO
METODOLÓGICO E FINALÍSTICO**

**Objeto: Relatório Finalístico Trimestral de Atividades da Assessoria Técnica Guaicuy -
Área 5**

Belo Horizonte

Julho de 2021



Número do documento: 21080215375395300004920215433

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21080215375395300004920215433>

Assinado eletronicamente por: CAROLINA MORISHITA MOTA FERREIRA - 02/08/2021 15:37:54

Num. 4921613115 - Pág. 1

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI - Articulação Institucional

ATI - Assessoria Técnica Independente

CAMF - Coordenação Metodológica e Finalística

CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

CTC - Comitê Técnico Científico

DFIPA - Diagnóstico Familiar Individual sobre Perda das Pessoas Atingidas

DPMG - Defensoria Pública de Minas Gerais

DRP - Diagnóstico Rápido Participativo

EY - Ernest Young Global Limited

GT - Grupos Técnicos IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IJs - Instituições de Justiça IG - Instituto Guaicuy LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados

MePS - Metodologia de Participação Social

MPF - Ministério Público Federal

MPMG - Ministério Público de Minas Gerais

POT - Plano Operacional Transitório

PTR - Programa de Transferência de Renda

SAS - Saúde e Assistência Social

TI - Tecnologia da Informação

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. METODOLOGIA	3
3. ANÁLISE FINALÍSTICA	5
3.1 Governança	12
3.2 Mobilização Social	25
3.3 Direito e a Construção da Matriz de Danos	34
3.4 Pagamento Emergencial	44
4. ANÁLISE FINANCEIRA	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52



1. INTRODUÇÃO

Trata-se de Parecer Técnico da Coordenadora de Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF-PUC Minas), sobre o IV Relatório Finalístico da Assessoria Técnica Independente (ATI) Instituto Guaicuy, com atuação na região 5, atingida pelo rompimento da barragem B-I e soterramento da barragem B-IV-A, em Brumadinho. O objetivo principal do presente Parecer Técnico é subsidiar as Instituições de Justiça (IJs) – Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), no processo de avaliação e chancela das atividades executadas pelas assessorias técnicas, em consonância com a proposta de trabalho apresentada nos Planos Operacionais Transitórios (POT), em substituição aos Planos de Trabalho originais, homologados no processo judicial pelo juízo competente.

Cumprir informar que, embora o aditivo ao Termo de Referência e o Plano Operacional Transitório ainda não tenham sido aprovados pelas IJs e pelo Comitê de Compromitentes, foram utilizados como referência para definir o escopo de atuação da assessoria técnica no trimestre em análise. O período de vigência do POT, inicialmente submetido à apreciação das IJs e do Comitê foi de cinco meses, com término previsto para julho de 2021, podendo ser alterado, se necessário.

O presente Parecer está organizado em 06 (seis) partes: 1) Introdução, 2) Metodologia, 3) Análise Finalística, 4) Análise Financeira, 5) Considerações Finais e 6) Referências.

2. METODOLOGIA

Este Parecer resulta não somente de uma análise documental do Relatório Finalístico da assessoria técnica Guaicuy, como também de um trabalho qualitativo de acompanhamento contínuo das atividades realizadas pela referida entidade, conforme pactuado no Acordo de Cooperação assinado entre CAMF e ATIs, com interveniência das IJs.



Assim sendo, faz-se importante informar os procedimentos e instrumentos utilizados para embasar este Parecer, visando torná-lo um documento claro, objetivo e consistente, que atenda às necessidades das IJs de decidirem se a assessoria desempenhou com êxito a tarefa que lhe foi confiada junto aos atingidos e às atingidas pelo rompimento das barragens em Brumadinho.

Procedimentos e instrumentos utilizados:

- 1) Leitura comparativa do Plano de Trabalho original e Plano Operacional Transitório, buscando identificar e distinguir as ações que decorrem do Processo Judicial e do Acordo Global;
- 2) Leitura e Análise do III e IV Relatórios Trimestrais Finalísticos, com consultas às evidências apresentadas pela ATI para sanar possíveis dúvidas;
- 3) Discussão entre as equipes da CAMF, como também com a própria ATI para sanar dúvidas gerais e específicas sobre o cumprimento das atividades previstas no Plano de Trabalho e o resultado alcançado.
- 4) Acompanhamento do cronograma de reuniões da ATI a respeito do financeiro e finalístico, com destaque para as atividades relativas à mobilização e à participação social, no âmbito do Processo e do Acordo.
- 5) Análise documental feita ao longo do processo de acompanhamento metodológico da ATI, objetivando a construção de notas técnicas, pareceres e relatórios que respondam à demanda da assessoria e das IJs, e Instrumentos de Acompanhamento;
- 6) Levantamento das dificuldades da ATI para o cumprimento integral do que havia sido proposto no POT, com avaliação criteriosa da justificativa apresentada pela assessoria.

Dito isso, é fundamental uma breve descrição dos procedimentos metodológicos para elaboração deste Parecer finalístico, realizado de forma conjunta entre a coordenação, as assessorias temáticas (permanentes e não permanentes), os técnicos e as equipes de referência



(coordenação, articuladores de campo e extensionistas), conforme previsto no Plano de Trabalho da CAMF (PROJETO PARAOPEBA, 2020).

A Equipe de Referência que acompanha as atividades envolvendo o Instituto Guaicuy, no período em questão, somou a participação direta em 115 reuniões e encontros, englobando atividades internas da assessoria (tais como as reuniões com as coordenações técnicas e analistas), reuniões com a auditoria, Ernest Young Global Limited (EY) e ATI para acompanhamento da planilha de matriz de ações, atividades junto às outras ATIs e CAMF, e atividades externas junto aos atingidos e atingidas (Núcleos Comunitários, Rodas de Conversa, Assembleias e Reuniões com a Bacia do Paraopeba). O acompanhamento realizado, mais do que uma ação de monitoramento puro e simples, tem sido utilizado como uma estratégia de trabalho colaborativo, de caráter pedagógico e técnico, para o aprimoramento continuado das ações desenvolvidas pela ATI nas regiões 4 e 5.

Antecedeu à elaboração deste Parecer, reuniões entre a Equipe de Referência da CAMF e as equipes da ATI responsáveis pela execução das atividades das áreas 4 e 5, denominadas Gerências de Projetos e Gerências de Campo e Operações Inter-Regionais, onde foram revisadas as atividades de março a maio com a coordenação responsável, solicitando a atualização da planilha de atividades da ATI. Também foi realizada uma reunião remota com a gerência responsável pela elaboração do IV Relatório, para o diálogo e esclarecimentos sobre as dimensões finalísticas e financeiras contempladas na elaboração do Parecer.

Considerando que expressiva parte das ações previstas no POT ainda se encontra em curso, este Parecer focou sua análise no processo de execução das atividades, e não nos resultados em si. Outro aspecto importante de elucidar se refere ao papel colaborativo da CAMF neste processo, que em nada se assemelha à função da auditoria. Cabe destacar o caráter técnico, mas também pedagógico de natureza extensionista, formativo, pautado na relação de confiança estabelecida com a assessoria, calcada em princípios humanísticos defendidos pela PUC Minas.

3. ANÁLISE FINALÍSTICA

O IV Relatório Trimestral Finalístico da área 4 apresentado pelo Instituto Guaicuy em formato PDF, contém 33 páginas e está estruturado em 07 (sete) partes: a) Introdução; b) Cenário e Conjuntura Atual; c) Estrutura Organizacional; d) Atividades finalísticas e



Evolução Orçamentária; e) Desafios Enfrentados no Campo; f) Avaliação dos Resultados Alcançados e g) Reflexões e Aprimoramentos.

Além do Relatório escrito, contém 03 (três) anexos, denominados 1) Controle Financeiro Geral; 2) Anexos 1.1; 1.2; 1.3 – Levantamentos de produtos e ações – POT; e 3) Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 5 março a maio/21. Esses anexos serão detalhados e analisados ao longo deste Parecer. O primeiro será analisado pela Assessoria de Processos e Finanças da CAMF. Os outros dois serão parte do trabalho de análise da Equipe de Referência das áreas 4 e 5 da CAMF.

Na Introdução é apresentada, de forma sintética, o que será encontrado ao longo do Relatório da área 5, ou seja, atividades que foram realizadas no período de março a maio de 2021, orientadas pelas ações propostas no Plano de Trabalho da ATI, de julho de 2020, e pelos indicadores propostos e pactuados com a auditoria, a EY.

Após a introdução, foram apresentadas informações sobre o Cenário e Conjuntura Atual, contendo informações sobre: a) as características da área 4, b) como dimensionar o impacto, e c) a pessoa atingida como foco: metodologia de trabalho. O texto possui uma riqueza de informações com detalhes econômicos e populacionais de cada cidade à qual as comunidades atingidas pertencem, além de apresentar o mapa das mesmas, facilitando a sua localização para o leitor.

É apresentada também a abordagem ecossistêmica, fundamental para entender a dinâmica e a complexidade do processo dentro do conceito de bacia hidrográfica, que tem como consequência o comprometimento das “condições de vida e saúde da população das relações de trabalho e produção, da biodiversidade, das relações socioambientais, da história, da cultura e do pertencimento das comunidades que fazem parte da bacia hidrográfica”. (GUAICUY, 2021).

A principal metodologia utilizada pelo Instituto Guaicuy é a Participação Social, que possui quatro (04) grandes eixos orientadores para as ações da ATI, que serão analisados no decorrer deste Parecer. São eles: 1) Governança; 2) Mobilização Social; 3) Direito e a Construção da Matriz de Danos; e 4) Pagamento Emergencial.



A Estrutura Organizacional¹ apresenta o novo organograma da ATI, já apresentado à CAMF, que apoia as mudanças e emitiu parecer avaliando essa estrutura. A Equipe de Referência, já participa de reuniões com a ATI dentro dessa nova estrutura e avalia as mudanças de forma positiva. Contém também no documento a listagem da atual equipe do Instituto Guaicuy.

As Atividades Finalísticas e Evolução Orçamentária consistem na verificação, organização e estudo dos dados financeiros que foram apresentados pelo Instituto Guaicuy no período de março a maio de 2021. A partir das informações recebidas, as análises foram realizadas por meio de estudo da relação entre os valores previstos e realizados por rubrica observando também os esclarecimentos e ressalvas expostas pela equipe da ATI no Relatório Finalístico. Importante frisar que no processo de execução das despesas, a ATI deve seguir procedimentos para compras e contratações e que os dispêndios realizados são objeto de verificação pela empresa de auditoria. Assim, pode-se entender que a efetividade dos gastos está relacionada às atividades realizadas e apresentadas no Relatório Finalístico. A análise financeira encontra-se na quarta parte deste Parecer.

Os desafios enfrentados para a execução das atividades no período fazem jus às complicações que a ATI enfrenta ao longo do processo. Devido à pandemia do Covid-19, a ATI precisou repactuar as atividades para não deixar de dar suporte às pessoas atingidas e garantir o direito à informação e à participação com qualidade nos processos ligados à reparação integral. Por esse motivo, a Equipe de Referência da CAMF realiza reuniões com as equipes da ATI e acompanha algumas atividades realizadas remotamente com as pessoas atingidas e consegue identificar as dificuldades descritas pela ATI ao longo do Relatório, como a falta de acesso à rede na maioria das comunidades e a dificuldade de algumas pessoas atingidas em usar as plataformas *on-lines*. Outro desafio refere-se às especificidades das regiões e os danos enfrentados no território após o rompimento. Além das questões já abordadas, o processo de contratação de novos profissionais está lento devido aos procedimentos necessários para garantir a transparência, fundamental para o trabalho das organizações da sociedade civil. Tendo em vista a necessidade de novas contratações para a

¹ ERRATA: No IV Relatório Finalístico do Instituto Guaicuy, consta que as mudanças necessárias para o novo organograma ainda não foram implementadas e aguarda análise da CAMF. Entretanto, a ATI não atualizou a informação no IV Relatório. A Manifestação da CAMF, em resposta à demanda do Instituto Guaicuy, foi enviada para as IJs dia 31 de março de 2021.



atuação dos profissionais da ATI, cabe avaliar se o dimensionamento da equipe se adequa à extensão da demanda de trabalho da ATI em campo.

Os desafios decorrentes do Acordo Judicial exigiram das ATIs o desenvolvimento de um conjunto expressivo de novas ações e atividades, seja como assistente técnico das IJs, ou na sua atribuição de assessoria técnica das pessoas atingidas, ocasionando todas as discussões e tratativas que se desdobram na elaboração dos POTs e de um aditivo ao Termo de Compromisso. Tal processo se deu mediante discussões e reflexões internas, de reavaliação e reorganização da estrutura e do trabalho das ATIs, sem as quais não seria possível acomodar as novas atividades, demandas e prazos estabelecidos pelo Acordo, junto às antigas já desenvolvidas vinculadas ao Processo. Todo esse percurso foi marcado por uma intensa agenda de atividades, parte delas acompanhadas diretamente pela CAMF.

Na seção de Avaliação dos Resultados Alcançados, a ATI descreveu as atividades dos Anexos I.1, I.2 e I.3, que foram executadas durante o período correspondente ao trimestre em análise e que foram definidas pelo POT. Além da descrição dos 03 (três) Anexos, a ATI enviou um anexo denominado “Anexos 1.1; 1.2; 1.3 – Levantamentos de produtos e ações – POT”, onde essas atividades são descritas de forma clara e com detalhamento do que foi realizado, constando o período, as equipes vinculadas e o link das evidências. A Equipe de Referência da CAMF, na sua análise, acrescentou a essa tabela uma coluna de “Observações CAMF”, onde é feita uma breve análise descritiva das atividades acompanhadas, referente a cada Anexo.

Nesta mesma parte, também foram descritas as atividades realizadas de março a maio de 2021 sobre os 04 (quatro) eixos orientadores da ATI, e enviada uma planilha denominada “Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 5 março a maio/21”. Essa planilha contém todas as atividades concluídas, canceladas, *on hold*, não iniciadas ou iniciadas, desde o início das execuções nos territórios em que a ATI atua, ou seja, constam atividades não correspondentes ao trimestre em análise, gerando redundância, uma vez que já foram analisadas em Pareceres anteriores. Além disso, a ATI não realiza nenhuma alteração na planilha sem o consentimento da EY, o que a torna ainda mais confusa, não só para a Equipe de Referência da CAMF, mas também internamente, para a própria ATI, pois pode acontecer de uma atividade já ter sido realizada, porém, o *status* da atividade não estar atualizado, visto que ainda não passou pela aprovação da auditoria. Anterior ao envio do Relatório para a CAMF, foi realizada uma



reunião com a gerência responsável pela elaboração do IV Relatório da ATI, onde a Equipe de Referência da CAMF sugeriu filtragem das ações canceladas ou que não faziam parte do escopo do IV Relatório, porém, a sugestão não foi acatada.

Dito isso, a Equipe de Referência realizou uma análise comparativa das planilhas das atividades finalísticas do III e IV Relatório, identificando as ações que faziam parte do escopo, demarcando as dúvidas da planilha do IV Relatório, baseadas na comparação e na reunião com as Gerências. A Equipe de Referência da CAMF devolveu a planilha para que o responsável da ATI pudesse fazer as devidas atualizações. Após reenvio pela ATI, algumas dúvidas permaneceram sem esclarecimento bem como parte das indicações de alterações também não foram acatadas. A ATI possui ciência de que seus indicadores não estão adequados, e tem previsão de refazê-los para o próximo Relatório Finalístico.

Também será enviada a planilha denominada “Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 5 março a maio/21”, onde a Equipe de Referência da CAMF acrescentou uma coluna denominada “Observações CAMF Segundo Reuniões com Gerências”, na qual constam as observações de cada atividade analisada da planilha, seja ela dentro ou fora do período trimestral a ser analisado, conforme explicado acima.

O Anexo I.1, sobre “Projetos Comunitários e Microcréditos”, deve ser executado com a participação ativa das comunidades atingidas, tendo em vista se tratar da formulação de projetos pelas próprias pessoas atingidas, com o auxílio das ATIs. Foram realizados estudos e reflexões, por meio de Grupos de Trabalhos internos entre as equipes da ATI, para pensar a melhor forma de diálogo com as pessoas atingidas sobre o tema. Das 09 (nove) reuniões com os núcleos comunitários que a ATI realizou na área 5 sobre o Anexo I.1, a Equipe de referência da CAMF acompanhou 04 (quatro). Como as Nucleações são encontros sistemáticos mensais, a estratégia consistiu em estabelecer um diálogo processual com as comunidades, de forma a possibilitar uma atuação ativa e sólida. A partir da experiência com os outros Anexos, o Instituto Guaicuy percebeu a necessidade de trabalhar as informações gradualmente, apresentando ideias e dialogando para a consolidação das mesmas, coletando os questionamentos, pontos de vista e sugestões.

A metodologia utilizada para explicação dos projetos comunitários e microcrédito, apresentou coerência com o planejado, onde foi perceptível o esforço da ATI em realizar a



metodologia de participação informada junto aos atingidos. Notou-se que eles possuíam várias dúvidas sobre o tema do Anexo I.1, mesmo com o esforço da ATI em esclarecer as questões e apontamentos da melhor forma possível. Foi percebido que, em algumas comunidades, os atingidos já possuíam conhecimento sobre o tema, contribuindo significativamente no engajamento e discussões das reuniões. Por intermédio das falas das pessoas atingidas e da ATI, ficou evidente a importância de se elaborar formações sobre programas de microcrédito e a continuidade das discussões desse Anexo.

O Anexo I.2, “Programa de Transferência de Renda (PTR)”, será monitorado pelo MPMG, DPE e MPF. O PTR passará a substituir o Pagamento Mensal Emergencial. Devido seu caráter urgente, foi o primeiro a ser executado com as pessoas atingidas. A partir do alinhamento entre as ATIs, CAMF e Comitê de Compromitentes, organizaram-se o planejamento e a elaboração de metodologia para as consultas, produção de materiais unificados e mobilização social, por meio de *lives*, com o intuito de receber as dúvidas das pessoas atingidas e dar a devolutiva com respostas dos Compromitentes. A metodologia utilizada para explicar o PTR foi coerente com o planejado, sendo o primeiro momento explicativo e o segundo consultivo. O tempo de realização das consultas aos atingidos, preparação para as reuniões e a equipe reduzida frente à dimensão do trabalho a ser desenvolvido foi um dificultador para a implementação do Anexo I.2. Apesar dos problemas identificados, a ATI soube fornecer as informações necessárias, se valendo de diversos meios (vídeos, imagens, metáforas). De modo geral, a análise destes espaços participativos indicou que não houve tempo suficiente para o adequado processo de consulta no Anexo I.2. Ainda foi possível perceber outros problemas, sobretudo, a não aceitação das perguntas, que tinham aspectos dúbios, valorativos e moralizantes que poderiam enviesar as respostas das pessoas atingidas.

As discussões e questionamentos sobre o PTR ainda são pautados nas reuniões de núcleos pelas pessoas atingidas, demonstrando as lacunas do processo, que foi demasiadamente rápido. Os critérios permanecem incompreendidos, bem como o entendimento para inserção no PTR. Dentro das limitações do prazo, e com o conteúdo inconsistente para tratativas do Anexo I.2, a ATI utilizou as estratégias necessárias e concernentes, tradução técnica e apresentou disponibilidade total para questionamentos posteriores. No entanto, os pontos negativos identificados dizem diretamente da estrutura do



processo, não estando apenas relacionado à falta de compreensão das pessoas atingidas nas consultas.

O Anexo I.3, “Políticas Públicas”, também será monitorado pelo MPMG, DPE e MPF. Para a realização das atividades desse Anexo, a ATI resgatou os Diagnósticos Rápidos Participativos (DRP’s) e demandas comunitárias registradas, a fim de levantar dados, sistematizar informações e pensar nos projetos das comunidades. O Instituto Guaicuy desenvolveu no próprio *site*, um meio em que as pessoas atingidas tinham acesso a dois formulários. Um onde as pessoas escolhiam, por ordem de importância, os projetos já pré-estabelecidos pela ATI, de interesse individual; e outro onde consta a possibilidade de propor projetos não contemplados no primeiro formulário. Por meio de reuniões ampliadas com os núcleos comunitários, a ATI abordou o Anexo I.3 após coleta dos dados de ambos os formulários preenchidos, que foram apresentados via slides, remotamente. Durante o processo, o Instituto Guaicuy esteve amplamente disponível para atender às dúvidas e fornecer suporte e orientações necessárias.

A atuação da ATI pressupõe que as pessoas atingidas estejam no centro, sendo fundamentais as metodologias que tenham o acolhimento em sua abordagem, que garantam o entendimento das informações e de Processo Jurídico. Destaca-se, sobretudo, o Anexo I.3, em que a participação e engajamento das pessoas atingidas precisa ser ativa com a proposição de projetos às comunidades. Ocorreu o estudo dos Anexos, articulação interna e treinamento da ATI, que foram primordiais para a execução do seu trabalho junto às pessoas atingidas. Os profissionais responsáveis demonstraram significativa qualidade técnica no desempenho das reuniões. A Equipe de Referência da CAMF participou, no mês de abril, de 09 (nove) nucleações sobre o Anexo I.3.

Percebe-se que nas reuniões é comum emergirem os conflitos, com base nos interesses de cada comunidade, o que pode se compreender como um importante indicador de que o espaço está sendo bem utilizado. Nesse sentido, a participação dos atingidos viabiliza discussões ricas, produtivas e intensas, com destaque no papel da ATI em mediar, mobilizar e garantir a comunicação informada. Contudo, cabe destacar a dificuldade de acesso e de estabilidade da internet.



Apesar dos prazos exíguos, o Anexo I.3 foi executado com uma articulação qualificada junto às pessoas atingidas e comunidades, com participação ativa no processo de discussão. Nas reuniões com gestores públicos dos municípios, a presença de representantes das comunidades, decidida nas nucleações, expressou a atuação da ATI, na formação e orientações necessárias para a efetiva participação, dessa forma, fortalecendo os laços de confiabilidade entre o Instituto Guaicuy e as pessoas atingidas. No decorrer dos meses de abril e maio, a ATI elaborou a listagem dos projetos das comunidades, organizando mais de 1.000 formulários de projetos levantados.

Nos acompanhamentos realizados pela Equipe de Referência da CAMF, nota-se coerente a abordagem estabelecida pelo Instituto Guaicuy, uma vez que restam lacunas em relação à discussão dos Anexos I.2 e I.3. Destaca-se o senso de análise e entendimento da ATI em relação ao seu público-alvo, identificando as necessidades e estabelecendo novas estratégias e experiências que possibilitem a acessibilidade das informações de forma consistente e eficaz.

É importante ressaltar que, apesar de algumas equipes da ATI voltarem suas ações para o Acordo, o Instituto Guaicuy não paralisou as atividades previstas no Plano de Trabalho vigente, ou seja, medidas emergenciais, análises ambientais, de saúde e relatórios continuaram sendo executados neste período. Abaixo, serão realizadas as análises dos 04 (quatro) eixos do Instituto Guaicuy. Em todos há uma tabela que demonstra as macroações referentes ao eixo, em seu devido *status*, o detalhamento das ações apenas do período de março a maio de 2021, e análise das atividades executadas pelo Instituto Guaicuy. A Equipe de Referência da CAMF traz para o Parecer algumas informações importantes, que são necessárias para se fazer a análise.

3.1 Governança

As macroações referentes à Governança têm suas atividades voltadas à articulação institucional, ao controle social e à transparência. Segundo o Plano de Trabalho (2020),

(...) a Governança prevê a ampliação dos diálogos através do Controle social e Transparência; dos Instrumentos de Monitoramento e Avaliação; e da potencialização da Articulação Institucional e dos diálogos com o CTC e com a Ré. (INSTITUTO GUAICUY, 2020).



É um campo de atuação do Instituto Guaicuy presente no contato direto com os atingidos, atividades administrativas, atividades meio e com forte relação com outros eixos de atuação. As macroações da Governança representam os aspectos intersetoriais dos trabalhos executados e a atuação conjunta das equipes. Seguindo o Plano de Trabalho, a organização da ATI define como produtos entregáveis: relatório de atividades, relatório de controle social e transparência e relatório de monitoramento e avaliação.

No que tange o *status* das macroações do eixo de Governança da área 5 do Instituto Guaicuy, é possível verificar na figura I que 35% (20) encontram-se concluídas nos meses anteriores ao deste relatório, 4% (02) não foram iniciadas, mas estão dentro do prazo, 39% (22) foram canceladas e apresentadas justificativas plausíveis para seu cancelamento. Essas macroações estão fora deste período de análise e não serão analisadas neste relatório. Observa-se que 23% (13) foram iniciadas e serão detalhadas e analisadas ao longo deste capítulo de acordo com o “Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 5 março a maio/21”, enviado pela ATI e os acompanhamentos feitos pela equipe de referência da CAMF.

Figura I - Tabela da quantidade de macroações por *status* - Governança - Área 5

	Concluída	Iniciada	Não Iniciada	On Hold	Cancelada	Total
MACROAÇÕES ÁREA 5	3, 4, 5, 6, 7, 41, 45, 62, 81, 209, 213, 216, 219, 220, 248, 249, 260, 293, 309, 317	185, 214, 218, 225, 229, 250, 259, 312, 318, 319, 321, 326, 327	91.1, 91.2	-	187, 208, 210, 211, 212, 215, 217, 226, 228, 237, 261, 296, 297, 298, 299, 300, 315, 320, 322, 323, 324, 325	57
	20	13	2	0	22	57
	35%	23%	4%	0%	39%	100%

Fonte: CAMF, 2021.

No eixo da Governança, as equipes apresentaram suas atividades, sendo,



respectivamente: 1) Estruturação de Sedes; 2) Metodologia de Participação Social - MePS; 3) Análise Ambiental, Agrário e Econômico; 4) Articulação Institucional (AI); 5) Direito dos Atingidos; 6) Dados Secundários; 7) Tecnologia da Informação (T.I); e, 8) Comunicação Popular.

As macroações apresentadas pela equipe de Estruturação de Sedes diz respeito à aquisição de insumos para *procedimentos internos de controle e transparência*.

As Macroações **3. 4. 5. 6. 7. 41. 45.** são referentes à Estruturação de Sedes. Dentre as 07 (sete) macroações citadas, 04 (quatro) não compõem o período de análise deste Relatório, sendo as atividades **3. 4. 5.** concluídas em outubro de 2020, com evidências já apresentadas à auditora, sendo o Regimento Interno e os manuais de (1) Aquisições e contratações; (2) Prático Normativo de RH, e; (3) Manual de Patrimônio. A macroação **6** está relacionada à *contratação de pessoal e estruturação de equipe*, concluída no período de abril e maio de 2020, e a **41.** que diz sobre a definição de transporte da equipe multidisciplinar nos territórios, concluída em maio de 2020.

7. Estruturação da equipe. Está relacionada à contratação de pessoal. O processo de seleção pública simplificado ocorreu devidamente, segundo o cronograma de abril e maio de 2020. Porém, a etapa de contratação precisou ser reprogramada para outubro de 2020, em função da pandemia de COVID-19. Além disso, conforme justificativa, em dezembro de 2020 o Instituto Guaicuy iniciou um trabalho de revisão de sua estrutura organizacional. O novo desenho institucional foi aprovado pela Diretoria e Conselho Fiscal em fevereiro de 2021. O novo organograma já foi compartilhado com a CAMF, que emitiu parecer favorável. Essa mudança, segundo o Instituto Guaicuy, visa a economia financeira em relação aos custos projetados anteriormente. Nesse sentido, foram abertos editais em 2021 com a finalidade de melhoria nas equipes, cujo processo já foi concluído. Desta maneira, a macroação foi concluída no escopo deste finalístico.

45. Contratação de terceirização de frota. Macroação relacionada ao deslocamento da equipe multidisciplinar nos territórios, relativo ao recebimento de transportes. Os veículos foram entregues nos dias 30/03/2021 e 05/04/2021. Portanto, foi concluída durante o período de análise deste relatório.

As atividades da equipe de estruturação de sedes são de cunho administrativo, relacionadas à estrutura organizacional e logística da ATI. Para o Plano Operacional Transitório, houve



mudanças. A ATI reduziu o número de atividades e concentrou esforços na entrega de um produto, o “Relatório de Controle Social e Transparência”, que resume bem a função da equipe e direciona de forma concisa, porém estruturada e qualificada a sua atuação. Avaliamos como positiva a alteração, por apresentar um indicador consistente.

As macroações **62. 81. 91.1. 91.2.** são referentes ao MePS. Todas as atividades dessa equipe encontram-se fora do escopo, seja por terem sido concluídas anteriormente aos meses de março, abril ou maio; seja por não terem sido iniciadas. Ainda se encontram dentro do prazo de execução.

Essas atividades são relacionadas ao planejamento interno da equipe, que consiste em capacitações, simulações de reuniões, treinamento das metodologias participativas e tabulações de dados. A Equipe de Referência tem se inserido em atividades internas da ATI, a fim de entender os procedimentos de mobilização durante as reuniões com atingidos, e dessa forma, subsidiar a análise dos acompanhamentos coletivos. É percebida abordagem metodológica consistente, pedagógica e didática para o treinamento interno das equipes mobilizadoras, administrando as expectativas e necessidades que possam aparecer durante as reuniões.

As macroações **185. 187.** são referentes à equipe de Análise Ambiental, Agrário e Econômico.

185. *Análise de solo, de produtividade e de tipos de culturas.* A equipe relata diálogo com a auditora Ernest Young. Foi estabelecido um acordo segundo o qual a consultoria seria iniciada após o início das atividades de “Qualidade das águas para uso humano”, as campanhas de coletas se iniciaram em dezembro de 2020. A equipe de referência da CAMF tem acompanhado essa atividade através da Assessoria Temática de Meio Físico e divulgação nas redes sociais do Instituto Guaicuy. É possível acompanhar, com os Núcleos Comunitários, a apresentação e devolutivas das coletas e resultados, a partir das discussões com as pessoas atingidas e tradução técnica nesses espaços, o que possibilita o diálogo e a coleta de novas informações e demandas relacionadas às análises ambientais. A macroação está dentro do cronograma, como previsão final para outubro de 2021. Ademais, a equipe de



Análise Ambiental, Agrário e Econômico prevê a elaboração de relatórios trimestrais apresentando as ações realizadas, a avaliação dos participantes e resultados preliminares. A atividade consta com *status* iniciado, está dentro do prazo estabelecido e devidamente justificada.

187. Cancelada pois está associada a dinâmica de dispêndio, portanto, não faz parte do escopo deste relatório.

As atividades da equipe de Análise Ambiental, Agrário e Econômico, embora estejam no eixo de Governança, fazem parte do eixo de Matriz de Danos, erro presente na planilha do “Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 4 março a maio/21”. As coletas para as análises de solo e água são ações frequentes, o último relatório apresentado foi do período de dezembro a fevereiro, analisado no último trimestre, porém consiste num documento com apresentação dos resultados das coletas e danos identificados. Em março, em reuniões de Núcleos Comunitários, a equipe apresentou as devolutivas, e utilizou do espaço para colher mais demandas e pontos de coleta orientados pelos atingidos. Apesar da linguagem técnica e específica às áreas de conhecimento, as informações e dados compartilhados foram traduzidos adequadamente, ponto que fica evidente pela participação efetiva das pessoas atingidas.

A equipe de Articulação Institucional² apresenta: (a) macroações de insumo, nas quais é prevista a construção de um fluxo para as demandas levantadas, e (b) macroações de natureza processual, relacionadas ao tratamento dessas demandas, ou seja, relativas andamento e processamento dessas demandas.

As macroações **208. 209. 210. 211. 212. 212. 214. 215. 216. 217. 218.** são referentes à Articulação Institucional. Dentre elas, apenas as **210. 211. 214. 215. 218.** estão no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por serem concluídas ou canceladas anteriormente aos meses de março, abril ou maio.

² Conforme Plano de Trabalho (2020), *o trabalho intersetorial e interinstitucional visa fomentar o diálogo e as ações das diversas áreas de conhecimento, setores e serviços, com a finalidade de responder às demandas e necessidades das pessoas atingidas de forma ampla e integral, subsidiando a construção de propostas para o incremento ou implantação de políticas públicas, programas e projetos locais e regionais.*(Plano de Trabalho Instituto Guaicuy, 2020, p. 79).



210. Relacionada a *Vale S.A.* Com o advento do Acordo, o alinhamento da equipe de Articulação Institucional se enquadra como atividade meio da ATI e com a construção do Plano Operacional Transitório e do Plano Global, a EY deu baixa neste indicador. Com isso, optou-se pelo cancelamento desta macroação. A justificativa para o cancelamento é coerente com o contexto de trabalho da ATI.

211. Relacionada a *Vale S.A.* se refere ao andamento e encaminhamentos de demandas. Possui um caráter processual, porém foi cancelada com a mesma justificativa apresentada na atividade **210**. A justificativa para o cancelamento é coerente com o contexto de trabalho da ATI. **214.** *Contato com poderes públicos.* Atividade relacionada ao fluxo de encaminhamento. Possui natureza constante, justificando o seu *status* iniciada, devido à relação com diversos atores no processo, e contato com poderes públicos das três esferas na busca de informações para subsidiar seu trabalho e na articulação para levar as demandas das comunidades atingidas a estes entes federados. Esta atividade se materializa também na articulação e apoio aos poderes públicos (executivo e legislativo), com envio de Ofícios, realização de reuniões e visitas de campo, além de esclarecimentos de dúvidas sobre o Acordo.

215. *Poderes públicos.* Com o advento do Acordo, o alinhamento da equipe de Articulação Institucional se enquadra como atividade meio da ATI e com a construção do Plano Operacional Transitório e do Plano Global, a EY deu baixa neste indicador. Com isso, optou-se pelo cancelamento desta macroação. A justificativa para o cancelamento é coerente com o contexto de trabalho da ATI.

218. Referente ao *CTC/UFMG*. O *status* da atividade consta como iniciada. O *status* se justifica, pois, quando necessário, o CTC convoca reuniões com as ATIs e demais atores a respeito dos subprojetos contratados, em contratação ou em curso, estas reuniões são atendidas pelas equipes responsáveis da ATI. Atividade dentro do prazo, previsão de término em agosto de 2021.

As atividades da equipe de Articulação Institucional são acompanhadas de forma transversal pela Equipe de Referência. É possível analisar os resultados do trabalho de articulação com diversos atores, através das devolutivas nas reuniões de Núcleos



Comunitários. Com a assinatura do Acordo, a equipe da AI assume a frente do Anexo I.3, na execução e produção de documentos, como as “Cartilhas dos Municípios” das áreas 4 e 5, documento informativo e descritivo, com apresentação da ATI, atuação no território, especificação dos Núcleos Comunitários constituídos, aspectos concernentes ao Anexo I.3, como os valores e principais demandas (Comunitárias, Emprego e Renda, Qualidade vida, Saúde e Proteção Social, Infraestrutura e acesso, Atividades agropecuárias). O documento fornece informações pertinentes, de forma objetiva, direta, com clareza, cumpre o objetivo de informar sobre o Anexo.

Ressaltamos, que essas informações, conforme apresentada nas planilhas do “Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 5 março a maio/21” I e descritas neste Parecer não expressam a atual conjuntura da equipe de Articulação Institucional. Dessa forma, faz-se necessário relacionar ao Plano Operacional Transitório, em que houve mudanças no eixo Governança, reduzindo o número de atividades e concentrando na entrega de um produto relacionado a AI, sendo o “Relatório analítico de atividades da Articulação Institucional” que resume bem a função da equipe e direciona de forma concisa, porém estruturada e qualificada a sua atuação. Avaliamos como positiva a alteração, por apresentar um indicador sólido.

As macroações **219. 220. 225. 226. 228. 229. 237. 248. 249. 250. 259. 260. 261.** são referentes à equipe de Direitos dos Atingidos³. Dentre elas, apenas as **225. 226. 228. 229. 237. 250. 259.** estão no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por terem sido concluídas ou canceladas anteriormente aos meses de março, abril ou maio.

225. *Acompanhamento jurídico-processual* direcionada à produção de documentos para elaboração de quesitação das chamadas da UFMG, alinhado aos objetivos específicos 6 e 7. Atividade com *status* iniciada em maio/2020 e de natureza constante. Evidências já enviadas à auditoria referentes ao último Relatório Finalístico, não há atualizações. Atividade justificada.

³ Conforme Plano de Trabalho (2020), na etapa da Governança, *a equipe de direitos também estará participando ativamente buscando a ampliação dos diálogos através do Controle social e Transparência; dos Instrumentos de Monitoramento e Avaliação; e da potencialização da Articulação Institucional e dos diálogos com o CTC e com a Ré. (Plano de Trabalho Instituto Guaicuy, 2020, p. 69).*



226. *Acompanhamento jurídico-processual.* Cancelada por ser atividade do eixo, portanto, fora do escopo deste relatório.

228. *Acompanhamento jurídico-processual.* Cancelada pois foi englobada na macroação 240.

229. *Articulação política/institucional.* Localização e listagem de parceiros locais, sendo do poder público, Instituições de Justiça e/ou terceiro setor. A atividade consta como iniciada. Tem natureza constante, com evidências enviadas em janeiro de 2021, não há atualizações. Atividade justificada.

237. *Articulação política/institucional.* Cancelada por ser atividade do eixo, portanto, fora do escopo deste relatório.

250. *Atuação extrajudicial/administrativa.* Atividade para capacitação interna, com prazos dentro do escopo deste relatório. *Status* iniciado, com evidências referentes a fevereiro de 2021 já enviadas, sem atualizações. Será acordado com a auditoria sobre a repactuação dos prazos desta atividade.

259. *Atuação extrajudicial/administrativa.* Constitui-se como demanda processual, relacionada aos encaminhamentos burocráticos, relativos a *diligências externas*, para efetivação de demandas conforme fluxograma, junto a órgãos públicos, cartórios, postos de atendimento da Vale. Voltado para a equipe de campo, baseou-se na visita à comunidade de Cachoeira do Choro. A outra visita foi realizada na Secretaria do Município de Três Marias. Devido a onda roxa, ocorreu o impedimento de desenvolvimento desses encontros. O *status* da atividade está como iniciada. Por se tratar de uma macroação de natureza constante, existe a necessidade de produção de relatório e acompanhamento contínuo e multidisciplinar.

A atuação da equipe de Direitos é acompanhada pela Equipe de Referência da CAMF, seja em reuniões internas com a ATI, seja no acompanhamento de atividades com as pessoas atingidas, através dos Núcleos Comunitários. Trata-se de uma equipe que permeia toda a estrutura de organização e diálogo com as diversas áreas, de forma a possibilitar clareza e entendimento do processo para as pessoas atingidas. É percebido como o trabalho dos advogados e advogadas populares é fundamental para a construção do diálogo com as pessoas atingidas, que, a partir da tradução jurídica, possibilita maior dinamicidade no entendimento para a participação informada.



As atividades da equipe de Direitos do eixo Governança são acompanhadas de forma transversal pela Equipe de Referência, É possível analisar os resultados do trabalho de articulação, encaminhamentos de documentos e processo de diligências externas, através das devolutivas nas reuniões de Núcleos Comunitários, principal metodologia na qual são abordados os resultados ou informações sobre os trâmites dos processos e fluxos das demandas. Nesses espaços, as pessoas atingidas dialogam com a equipe de Direitos apresentando novas demandas, além de questionamentos e queixas. A elaboração de cartilhas têm sido instrumentos informativos e orientadores importantes, além da constante disponibilidade da equipe para atender aos atingidos. Em reunião com a coordenação da equipe do Instituto Guaicuy, as Unidades Móveis no território para acolhimento jurídico, demonstra adesão, qualidade para os atendimentos, e com isso, proporciona maior eficiência e eficácia para a execução do serviço.

As macroações **293. 296. 297. 298. 299. 300.** são referentes aos Dados Secundários.

293. Sistematização de dados secundários. Concluída em setembro/20, portanto, fora do escopo deste relatório. As demais atividades são macroações relacionadas à atividade 293, ou seja, as demandas seguem o diagrama do fluxo. Dessa forma, justifica-se o cancelamento das mesmas.

As macroações **309. 312. 315. 317. 318.** são referentes à equipe da Tecnologia da Informação. Dentre elas, apenas as **312. 315. 318.** estão no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por terem sido concluídas anteriormente aos meses de março, abril ou maio/2021.

312. *Planejamento e instalação da rede - BH.* Está definido a partir do termo de referência de instalação. “O modo como este termo for finalizado vai definir a forma de contratação e prestação de serviços em termos de (1) Planejamento, (2) Implantação e (3) Suporte de redes” (Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 5 março a maio/21, 2021). A atividade consta com *status* iniciado, e, segundo a ATI, em março foi enviado para a EY um *request list* relativo a um relatório trimestral referente a março, abril e maio.



315. *Planejamento e instalação da rede - BH.* Cancelada pelo indicador não corresponder à ação. Atividade devidamente justificada na coluna de observações do “Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 5 março a maio/21” e pactuada em reunião com a EY.

318. *Tecnologia de Informação - Instrumentos de Monitoramento e Avaliação. Relatório das atividades levantadas nos Requisitos (Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 5 março a maio/21, 2021).* Atividade de natureza constante, com *status* iniciado, conforme consta no link para a evidência do plano de trabalho. Após a conclusão do sistema, será possível visualizar o seu uso.

As equipes de Dados Secundários e Tecnologia da Informação não são acompanhadas diretamente pela Equipe de Referência da CAMF. Em maio de 2021, foram feitas reuniões com as gerências do Instituto Guaicuy, com a finalidade de entender as atualizações da planilha de atividades definidas conjuntamente com a EY. Porém, não foi possível realizar reunião com a Gerência de Planejamento Institucional, composta pelas equipes supracitadas, devido a outras demandas do processo. Dessa forma, ficou acordado que a Equipe de Referência enviaria um e-mail detalhando cada atividade com as questões pertinentes, porém não houve retorno aos contatos realizados.

O relatório elaborado pela equipe de T.I, "Diagrama UML dos projetos de sistemas para gestão de demandas dos atingidos", objetiva descrever e agrupar entidades e elementos que irão compor o sistema de informação. No sistema proposto há nos grupos de entidades os seguintes itens: Solicitantes, Solicitações, Usuários do sistema e tipos do sistema. As definições para modelagem do sistema são definidas pelo Suporte Interno e o Monitoramento e Avaliação.

Ressaltamos, que essas informações, conforme apresentadas nas planilhas do Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 5 março a maio/21 e descritas neste parecer, não expressam a atual conjuntura da equipe de Dados Secundários e T.I. Dessa forma, faz-se necessário relacionar ao Plano Operacional Transitório, em que houve mudanças no eixo Governança, reduzindo o número de atividades e concentrando na entrega de um produto, sendo o “Relatório de Monitoramento e Avaliação” que resume bem a função da equipe e direciona de forma concisa, enquanto CAMF, é possível avaliar como positiva a alteração, pois tende a estruturar e qualificar a atuação, e com isso apresentar um indicador sólido.



As macroações **319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327.** são referentes à Comunicação Popular.

319. *Produção em comunicação para participação informada.* está em consonância com os objetivos 1, 3, 5 e 8 do Plano de Trabalho. A linha atual segue lógica de entregas mensais com dados e informações. As entregas trimestrais são relatórios das redes (*Facebook* e *Instagram*): utilizando uma ferramenta de levantamento do engajamento das publicações, o que contribui na melhoria das próximas publicações e do relatório de acesso das métricas do site (site Guaicuy) através do *google metrics*. Atividade com *status* iniciada e natureza constante.

320. *Produção em comunicação para participação informada.* Cancelada desde janeiro/21, pois foi englobada na macroação 327.

321. *Produção em comunicação para participação informada.* Relatório em anexo com descrição das ações realizadas pela gestora de contatos via *Whatsapp* da então equipe de Comunicação Popular, no período de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021. Dentre as ações descritas estão a alimentação da tabela de contatos do Instituto Guaicuy, o envio de informações advindas da Comunicação, o acompanhamento dos grupos de *Whatsapp* com pessoas atingidas, entre outras. O processo de comunicação está sendo estruturado com a equipe MePS. Segundo o Instituto Guaicuy, um trabalho realizado com cuidado, desde meados de 2019. O processo de comunicação é o tema central para a equipe. Atualmente está sendo realizada a unificação das planilhas, como exemplo: a planilha de contatos foi unida ao Diagnóstico Familiar Individual sobre perdas das Pessoas Atingidas (DFIPA). Existe um profissional para realizar atendimento telefônico nas áreas 4 e 5, a fim de esclarecer as dúvidas e as demandas que são levantadas individualmente. Existe o eixo dos grupos do *Whatsapp*, que tende a variar entre 40 e 250. Esse monitoramento é importante para avaliar as dúvidas e os entendimentos dos atingidos no decorrer do projeto. É realizada também uma comparação entre essas informações e as dúvidas que surgem entre as comunidades, a fim de se identificar quais são as semelhanças entre as áreas. A equipe de acolhimento e o MePS torna-se presente nas reuniões quinzenais, com o intuito de averiguar as reações dos atingidos. Atividade iniciada e de natureza constante.



322. *Produção em comunicação para participação informada.* Cancelada desde janeiro/21, pois foi englobada na macroação 327.

323. *Produção em comunicação para participação informada.* Cancelada desde janeiro/21, pois foi englobada na macroação 327.

324. *Produção em comunicação para participação informada.* Cancelada desde janeiro/21, pois foi englobada na macroação 327.

325. *Produção em comunicação para participação informada.* Cancelada desde janeiro/21, pois foi englobada na macroação 327.

326. *Produção em comunicação para participação informada.* Atividade relacionada à gestão do *site* com amostragem das métricas de acesso e publicações. Atividade iniciada em outubro de 2020 e de natureza constante, com apresentação de relatórios mensais do *Google Analytics* com o crescimento do *site* no período sobre dados de gestão. O objetivo do *site* do Instituto é servir como uma base de conhecimento, ou seja, trata-se de uma grande memória pública do que o Instituto Guaicuy fez e faz ao longo do Projeto. Ele é um instrumento de comunicação pactual, onde ocorre a publicação das informações, a fim de se esclarecer as dúvidas dos atingidos. Além disso, o *site* caracteriza-se por ser uma biblioteca para consulta de possíveis dúvidas, por parte de ambos os atores envolvidos no Projeto. Ademais o *site* possui um *html* maximizado permitindo ao usuário o fácil acesso as publicações, mesmo utilizando uma rede 3G.

327. *Produção em comunicação para participação informada.* Atividade definida em janeiro de 2021 para substituir um grupo de linhas que geravam redundância na matriz. Apresenta planilha mensal com identificação do material e respectivos *links* para produção realizada e classificação do material indicando: veiculação; canais de distribuição; coordenadoria relacionada; região. Atividade de natureza constante, com *status* iniciado.

Os relatórios com as métricas das redes sociais, possibilitam observar o engajamento a partir dos acessos, a frequência, o número de novos visitantes e retornos, bem como o formato de conteúdo mais acessado - fotos, vídeos. No período deste finalístico, as publicações mais acessadas foram relacionadas ao Acordo, Anexo I.2 e I.3. O engajamento nas redes sociais e *site* tem crescido, essa métricas demonstram o efeito da equipe de



Comunicação Popular em reforçar os diversos espaços com presença da ATI, e que a divulgação de informações é ferramenta importante para a participação efetiva das pessoas atingidas.

Diante da análise dos resultados alcançados na Governança, as macroações foram claramente descritas, justificando os *status* das atividades e o período de execução. As atividades canceladas são devidamente justificadas por pertencerem ou serem transpostas para execução em outros eixos de atuação. O contexto da Covid-19 é também um grande fator de mudanças no cronograma, por isso há atividades que ainda não foram iniciadas. Ressalta-se que o Instituto Guaicuy elaborou protocolos de atuação no período da pandemia, desse modo minimizando o impacto no trabalho da ATI. As atividades concluídas estão relacionadas aos meses anteriores a este Relatório e, por isso, não são preponderantes para o escopo do presente Parecer.

O eixo de Governança foi o que mais passou por readequações, todas as atividades tiveram alguma alteração ou redirecionamento, sendo inseridas em outras frentes de atuação do Instituto Guaicuy, com resultados satisfatórios em andamento, bem estruturados e em consonância com o Plano de Trabalho da ATI, sobretudo com os objetivos geral e específicos. Reforçamos que a maioria das atividades não são diretamente acompanhadas pela Equipe de Referência da CAMF.

A equipe da CAMF pode atestar as demandas referentes à quesitação, nos termos expostos anteriormente. É possível confirmar, ainda, a participação do Instituto Guaicuy nas tratativas com as Instituições de Justiça, por exemplo, nas reuniões dos dias 8, 9 e 15 de março de 2021. Ainda, a presença da ATI é percebida em audiência no dia 29 de abril, às 9h, no CEJUSC da 2ª instância, o que pode ser observado nas respectivas atas, devidamente juntada aos autos.

Ainda nesse ponto, pode atestar a participação da ATI na sistematização dos dados referentes às pessoas atingidas. Ainda que a referida ação conste como cancelada, é visível a iniciativa das assessorias em organizar o respectivo regulamento, com base nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e da proteção dos dados das pessoas atingidas, de



acordo com o que foi afirmado anteriormente.

3.2 Mobilização Social

É através do eixo de Mobilização Social que o Instituto Guaicuy trabalha com a metodologia de atendimento e diálogo com as pessoas atingidas, garantindo assim a participação informada para a busca da reparação. Segundo o Plano de Trabalho da ATI, é papel da assessoria temática,

+

Diferentes ações e atividades estão associadas à dinâmica de mobilização social. Desta maneira, o eixo de macroações da Mobilização Social é dividido entre quatro equipes responsáveis, sendo elas: 1) Metodologia de Participação Social - MePS; 2) Comunicação Popular; 3) Saúde e Assistência Social; e 4) Direito dos Atingidos.

No que tange o *status* das macroações do eixo de Mobilização Social da área 5 do Instituto Guaicuy, é possível verificar na figura II que 32% (18) encontram-se concluídas nos meses anteriores ao deste relatório, 4% (02) não foram iniciadas mas estão dentro do prazo, 5% (03) estão *On Hold* mas dentro do prazo e 41% (23) foram canceladas e apresentadas justificativas plausíveis para seu cancelamento. Essas macroações estão fora deste período de análise e não serão analisadas neste relatório. Observa-se que 18% (10) foram iniciadas e serão detalhadas e analisadas ao longo deste capítulo de acordo com o “Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 5 março a maio/21”, enviado pela ATI e os acompanhamentos feitos pela equipe de referência da CAMF.

Figura II - Tabela da quantidade de macroações por *status* - Mobilização Social - Área 5

MACROAÇÕES	Concluída	Iniciada	Não Iniciada	On Hold	Cancelada	Total
ÁREA 5	68, 69, 70, 72, 73, 74, 80, 96,	77, 92, 146, 147,	91, 272	78, 254,	71, 76, 79, 100, 102, 103, 104,	56

	99, 101, 105, 107, 108, 110, 111, 116, 145, 148	149, 151, 156, 245, 253, 273		274	112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 150, 152, 153, 155, 157, 223, 240, 256, 257	
	18	10	2	3	23	56
	32%	18%	4%	5%	41%	100 %

Fonte: CAMF, 2021.

As macroações **68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 76. 77. 78. 79. 80. 91. 92.** são referentes ao MePS. Dentre elas, apenas as **77. 78. e 79.** estão no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por terem sido concluídas ou canceladas anteriormente aos meses de março, abril ou maio; ou não foram iniciadas ou estão em *on hold*, mas ainda se encontram dentro do prazo de execução.

77. *Fazer previsões de quantos encontros virtuais e presenciais e com quais temas* tem como atividade levantar a demanda dos atingidos de forma a constituir Grupos Temáticas (GT) de discussões contínuas periódicas. Segundo a ATI, é melhor realizada com atuação em campo. Os produtos dessa atividade são as atas das reuniões/Participação. Embora esteja como iniciada, as atividades estão sendo reestruturadas devido a pandemia do Covid-19.

Essa é uma atividade anterior ao Acordo. Fundamenta-se a partir das demandas apresentadas e coletadas nos territórios, sobre quais as atividades serão realizadas junto aos atingidos, principalmente no que tange às medidas emergenciais na área 5. Há dois exemplos de demandas internas da ATI: durante as reuniões de fevereiro/2021, foi observada a presença de muitos idosos (em Cachoeira do Choro, por exemplo), diante disso tornou-se necessário identificar se os jovens estão participando do processo, caso contrário torna-se necessário mobilizá-los. A outra demanda identificada foi a necessidade de atividades com as mulheres, através de encontros e conversas. Diante disso, as demandas aparecem ao longo do processo de consulta e principalmente durante as nucleações. Atualmente observa-se durante tais nucleações a presença de outros setores do Instituto



Guaicuy (equipe da saúde, turismo, entre outros). Trata-se de uma ação processual, torna-se necessário desenvolver ações ao longo das demandas. Encontra-se de acordo com as atividades esperadas e objetivos do plano de trabalho, alcançando, até o momento, o resultado esperado.

78. Fazer eleição de Conselho Gestor. Encontra-se com o status *on hold*, pois depende da conclusão da formação de Núcleos, que foi iniciada em Novembro/20 na área 4, entretanto, com a nova fase da pandemia do Covid-19, está sendo reestruturada. Apresenta justificativa plausível para o não início da atividade.

92. Organizar assembleias para aprovar matriz de danos por temática. Avaliar, por meio do andamento das reuniões de Núcleos e GTs, a necessidade de reuniões de deliberação e de consolidação de posicionamentos. A meta é dinâmica, em função da realidade do Covid-19, deve ser refeita, a partir do diálogo com os atingidos. Em pesquisa para verificação de instrumentos tecnológicos de viabilidade. Cada necessidade de assembleia deve ser muito bem avaliada e realizada com toda segurança sanitária. O objetivo desta atividade é a realização das assembleias temáticas, para análise/diagnóstico dos danos, acompanhamento das atividades do Instituto Guaicuy e sistematização das informações. Consta com o *status* iniciado e constante. Nos meses de março a maio, não aconteceram assembleias, pois as reuniões de núcleo comunitário para discutir o Acordo se tornaram prioridade. Isso se deve ao prazo diminuto para debater com as pessoas atingidas os instrumentos e anexos do referido Acordo.

Na proposta inicial pautava-se que as assembleias periodicamente, divididas por áreas. Na última entrega do finalístico, relatou-se que a última assembleia foi realizada antes do Acordo, em fevereiro/21. Encontra-se de acordo com as atividades esperadas e objetivos do plano de trabalho, e como é atividade constante, encontra-se dentro do prazo, alcançando, até o momento, o resultado esperado.

As macroações **145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 155. 157.** são de responsabilidade da equipe da Saúde e Assistência Social. Dentre elas, apenas as **146. 147. 149. 151. 156.** estão no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do



escopo por serem concluídas ou canceladas anteriormente aos meses de março, abril ou maio; ou não foram iniciadas ou estão *on hold*, mas ainda se encontram dentro do prazo de execução.

146. Acolhimento. Descrição de atividades multidisciplinares e procedimentos que toda a equipe técnica possa seguir durante o acolhimento, ciente dos pressupostos éticos e políticos no campo da assistência social, saúde e educação. O produto a ser entregue é o “Protocolo de Ações Interdisciplinares”. Atividade iniciada e constante. No período desse relatório, com a retomada gradual de ações presenciais, foi produzido o material de orientação para acolhimentos presenciais, que se trata de documento complementar aos demais produzidos no que diz respeito aos procedimentos de segurança para prevenção da Covid-19 (importante salientar que estava previsto retorno das ações presenciais em fevereiro e março, entretanto, no final de março foi decretada onda roxa, fazendo com que a equipe da ATI retornasse às ações remotas).

A última entrega, produção de orientação de acolhimento presencial em cada sede, ocorreu no mês de março. O Protocolo possui várias imagens e linguagem acessível para informar as pessoas atingidas como deve ser o procedimento dos acompanhamentos durante a pandemia do Covid-19. É um material didático, acessível e com informações completas e detalhadas. Encontra-se de acordo com as atividades esperadas, objetivos do plano de trabalho e evidências, alcançando, até o momento, o resultado esperado.

147. Acolhimento. Elaboração do material de suporte para o atendimento e encaminhamento das demandas segundo sua tipologia. O Material deve conter e-mails "padrão" para envio e requisição, lista de contatos, dicas, dúvidas etc. Atividade iniciada e constante. No período deste relatório foram produzidos materiais de comunicação para divulgação para as pessoas atingidas. Em março/21, considerando o mês internacional de luta das mulheres, o Instituto Guaicuy produziu pílula sobre os principais impactos e os danos à saúde das mulheres atingidas. Também foram produzidos materiais informativos sobre início de acolhimento presencial na sede, na "Casa de Acolhimento". Em abril/21, deram início a publicização, semanalmente, da situação de infecção nos municípios de atuação da ATI através do “Boletim Epidemiológico externo”, divulgado no site e em grupos de *Whatsapp*.



Esse material será produzido de forma constante. Em maio/21, além do “Boletim Epidemiológico”, foram produzidos convites para formação multidisciplinar, de saúde, ambiental e agrárias sobre contaminantes presentes na água e seus possíveis danos à saúde. Foi produzido material informativo sobre a luta antimanicomial e sobre a luta contra a violência infantil. Além disso, foram produzidos diversos materiais com o intuito de explicar o acolhimento psicossocial, com pílulas da equipe de referência da ATI se apresentando e mobilizando para o acolhimento, foi produzido também um episódio no “Água das Gerais” - texto, e convite para acolhimento presencial.

O Programa de entrevistas do Instituto Guaicuy “Águas das Gerais” leva informações e novidades sobre o desenrolar dos procedimentos jurídicos e do trabalho das Assessorias Técnicas Independentes, sempre com o objetivo da participação informada das comunidades.

No programa “Acolhimento Psicossocial e Direitos” foram trazidas para os atingidos informações sobre a saúde da mulher, boletins epidemiológicos, textos temáticos etc. Esses tipos de entregas são pensados devido à dificuldade de comunicação nas comunidades. A ação tem funcionado e chamado a atenção das pessoas atingidas para assuntos importantes e de seu interesse. Está de acordo com as atividades esperadas e objetivos do Plano de Trabalho e, até o momento, alcança o resultado esperado.

149. Acolhimento. Atendimento agendado com demanda direcionada, via telefone, videoconferência e demais meios de atendimento remoto e acolhimento ativo e passivo de pessoas em situação de violação de direitos e riscos para a saúde e bem-estar social à rede de serviços/sistema de garantia de direitos, conforme fluxos pactuados. Busca ativa por demanda da Equipe da ATI e Núcleos Comunitários: identificar/mapear e encaminhar pessoas em extrema vulnerabilidade. O foco são fatores de risco para violações de direitos, envolvendo crianças, adolescentes, mulheres, idosos e outros grupos vulneráveis; insegurança alimentar e nutricional, trabalho infantil, saúde mental e outros. Acolhimento em modo Remoto. É uma atividade iniciada em julho/20, por meio remoto e constante, sendo executada de acordo com a demanda por acolhimento. A partir da contratação da equipe de campo, essa atividade foi intensificada, com a realização de busca ativa e de maior potencial para acolher as demandas.

Para fins de comprovação da atividade foi criada uma planilha de acompanhamento dos acolhimentos e seus encaminhamentos.

Foi pactuada uma planilha com a EY, com os acompanhamentos das atividades presenciais e remotas e seus encaminhamentos. Existe um formulário de acolhimento entregue como evidência para a EY, com o ID, data de acolhimento, categoria de demanda, e encaminhamentos interno e externo de cada atingido atendido, cumprindo assim seus objetivos.

151. Acolhimento. Articulação da rede de serviços para encaminhamentos, de acordo com as demandas dos atingidos no âmbito das políticas e serviços públicos. Ação iniciada e constante. Em abril/21 foi realizada articulação institucional no município de Felixlândia, com reunião presencial com gestores e profissionais do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, para entendimento dos impactos identificados e criando fluxo de encaminhamentos de pessoas atingidas acolhidas para a rede socioassistencial. Em maio/21 a realizou a articulação e apresentação da equipe de campo SAS, com a equipe do CRAS Beira Rio; Articulação de rede - Secretária de Educação de São Gonçalo do Abaeté; Reunião Articulação Institucional com Secretária de Saúde de São Gonçalo do Abaeté e Equipe PSF Beira Rio; Reunião de Articulação Secretarias de Assistência Social e Saúde de Três Marias; Em Morada Nova de Minas também foram realizadas articulações institucionais com a relaização de reunião com Secretaria de Saúde de Morada Nova de Minas; Reunião Secretaria de Assistência Social de Morada Nova de Minas; Reunião com Gerência da UBS Varginha - Morada Nova de Minas; Articulação com Secretaria de Educação de Morada Nova de Minas; Reunião CRAS Morada Nova de Minas - com o objetivo de apresentação formal do Guaicuy ao CRAS e formalização de fluxos de encaminhamentos e trabalhos em rede; Em Felixlândia foram realizadas: Articulação Institucional - Secretaria Municipal de Educação de Felixlândia; Articulação Institucional - Secretaria Municipal de Ação Comunitária - Felixlândia; Articulação Institucional - Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

As ações intersetoriais são escopo da equipe de Saúde e Assistência Social, com isso, a



articulação e aumento do contato do Instituto Guaicuy com a rede de apoio, tendo em vista que agora estão em campo e o diálogo é facilitado. Apresenta coerência com as atividades operacionais, com o Plano de Trabalho e com as evidências, atingindo assim os objetivos esperados.

156. Ações coletivas. Espaço de sociabilidade e compartilhamento de expressões de sofrimento mental e mapeamento dos agravos psicossociais decorrentes dos impactos do desastre. Rodas de Conversa. Foi iniciada em novembro de 2020 e possui natureza constante. Em março/21 ocorreram campos de reconhecimento territorial e de acolhimento psicossocial que geram rodas de conversas. No período a que se refere esse relatório, de março a maio/21 as principais ações desenvolvidas pelas SAS, para esse indicador, foram de participação nas consultas e rodas de conversa que foram realizadas com as pessoas atingidas em decorrência do Acordo, conforme poderá ser verificado nos documentos. Foram realizadas ações presenciais, mas foi necessário interrompê-las e priorizar ações remotas, devido ao decreto de onda roxa no estado. As pessoas atingidas possuem limitações no acesso à internet, portanto, no pós acordo, as ações que diziam respeito às consultas foram priorizadas.

No mês de março, os Núcleos Comunitários pautaram as devolutivas dos resultados das análises da água dos meses de dezembro/2020 a fevereiro/2021, e a informação sobre o Programa de Transferência de Renda (PTR). As nucleações têm sido espaços de troca entre a ATI e pessoas atingidas fundamentais para a circulação de informações, devolutivas, coletas de novas demandas. As ações coletivas envolvem mais de uma equipe da ATI, de modo a dar resposta ao caráter interrelacional e multifacetado dos danos. A atuação interdisciplinar da ATI possibilita que as discussões nesses espaços sejam profícuas, no que tange a relação de confiança entre a entidade e as pessoas atingidas.

As macroações **223. 240. 245. 253. 254. 256. 257. 272. 273. 274.** são referentes à equipe de Direitos dos Atingidos. Entre elas, apenas as **240. 245. 253. 254. 272. 273.** estão no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por serem



concluídas ou canceladas anteriormente aos meses de março, abril ou maio; ou não foram iniciadas ou estão *on hold*, mas ainda se encontram dentro do prazo de execução.

240. Educação Jurídica Popular. Atividade cancelada. Nos últimos ciclos com a EY, essa atividade mudou, inicialmente ocorreram rodas de conversas com as pessoas atingidas e equipe de direitos, com a participação média de 90 atingidos. Depois disso, as atividades foram vinculadas aos núcleos comunitários e ficaram ligadas à comunicação, responsável pelo envio da evidência a respeito da execução desta atividade. No penúltimo ciclo, algumas evidências foram áudios de *Whatsapp*, a EY reavaliou a equivalência dessa evidência, e por fim, foi definido o cancelamento dessa macroação da equipe de direito.

245. Educação Jurídica Popular. Realizar formações com as equipes sobre direitos das pessoas atingidas. Já iniciada e com prazo final em fevereiro/22. Atividade iniciada e evidências encaminhadas nas rodadas de dezembro/20, janeiro/2021, fevereiro/2021. Sem atualizações e evidências depois de fevereiro. Última formação foi depois do Acordo, para esclarecimento de dúvidas da equipe interna. Em coerência com as atividades operacionais, com os objetivos específicos do plano de trabalho, com as evidências e dentro do prazo.

253. Atuação extrajudicial/administrativa. Realizar o acolhimento das pessoas atingidas. Iniciada, constante e evidências já enviadas nas rodadas de dez/2020, mar/2021 e jun/2021.

Ação geral com registro comprobatório. Ocorrem de forma remota e presencial e de acolhimento que envolve a macroação 254, pois são geradas planilhas que são inseridas na ação 254. Foi sugerido pela EY colocar o quantitativo por área. Em coerência com as atividades operacionais, com os objetivos específicos do plano de trabalho e com as evidências.

254. Atuação extrajudicial/administrativa. Escuta passiva nos pontos de atendimento fixos (sedes) e unidades móveis de acolhimento realizada pelos analistas técnicos jurídicos, com a identificação da demanda e encaminhamentos multidisciplinares conforme fluxograma e materiais disponíveis. Acolhimento Administrativo Presencial Passivo. Encontra-se *on hold*, dentro do prazo. Iniciada apenas na área 4. Na área 5 estão aguardando as vans ficarem prontas.



273. Matriz de danos. Participar de reuniões com as pessoas atingidas. Iniciada e com data de término para fevereiro/22. Em coerência com as atividades inter e transdisciplinares da ATI e com os objetivos específicos do plano de trabalho.

As reuniões são de nucleação, onde a equipe de direito participa ativamente e a maioria das evidências são as mesmas da comunicação. Não há decisão, até o momento, sobre seu cancelamento. Na próxima reunião com a EY será pactuada uma decisão.

Nota-se que as atividades do eixo de Mobilização Social referentes a equipe da Comunicação Social não foram apresentadas e analisadas, pois todas foram canceladas por já fazerem parte de algum outro eixo e/ou ação; ou concluídas, portanto, estão fora do escopo deste relatório.

Diante da análise da avaliação dos resultados alcançados da Mobilização Social, observou-se que a abordagem do Relatório do Instituto Guaicuy apresentou com clareza as suas técnicas e metodologias adotadas. Pode ser observado também que a ATI conseguiu se organizar da melhor maneira durante a pandemia do Covid-19, para não deixar as comunidades desamparadas. Dessa forma, são resultados satisfatórios em andamento, bem estruturados e em congruência com o plano de trabalho da ATI. É importante destacar, que a planilha “Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 5 março a maio/21” possui registros desde maio de 2020 e que as atividades analisadas foram somente do período de março a maio de 2021.

No eixo Mobilização Social, a equipe da CAMF acompanhou algumas atividades virtuais, entretanto, por se tratar de funções *interna corporis*, entre Instituto Guaicuy e comunidades atingidas, não foi facultada a possibilidade de acompanhamento de todas as atividades executadas. Contudo, é possível atestar a realização de reuniões com as pessoas atingidas, através das evidências e da troca de mensagens entre a equipe da CAMF e a equipe da ATI.

Nas reuniões de Núcleos Comunitários acompanhadas pela Equipe de Referência da CAMF, destacamos que o Instituto Guaicuy soube utilizar bem esse espaço e ferramenta metodológica, uma vez que já há consistência na participação das pessoas atingidas nessas reuniões, por serem mensais e marcadas previamente, é possível organização, ou seja, as pautas e temas a serem abordados nos próximos núcleos. A divulgação nos grupos de



Whatsapp é convidativa, bem explicativa por texto de chamamento e áudio. O número de participantes é variado, porém o contato das equipes de campo no território é consistente, sendo perceptível isso durante as reuniões.

3.3 Direito e a Construção da Matriz de Danos

O eixo de Direito e a construção da Matriz de Danos, está relacionado com o objetivo final das atividades propostas pela assessoria e todas as outras ações que se organizam para construí-la. A matriz de danos é o instrumento que contém os danos individuais, coletivos e difusos das pessoas atingidas. A matriz de danos, segundo o plano de trabalho “(...) será construída, juntamente com essas pessoas nas instâncias deliberativas, através de metodologias participativas”⁴.

Sendo assim, o bloco de macroações do Direito e a construção da Matriz de Danos é dividido por equipes responsáveis, sendo elas: 1) Metodologia de Participação Social - MePS, 2) Diagnóstico Familiar e Individual das Pessoas Atingidas - DFIPA, 3) Saúde e Assistência Social, 4) Análise Ambiental, Agrário e Econômico, 5) Estudos Econômicos e 7) Direito dos Atingidos. As informações técnicas, produzidas pelo Instituto Guaicuy nas nucleações, nos DRP's, no DFIPA, nos estudos de agropecuária, agricultura familiar e setor agrário, nos estudos ambientais, nos estudos de impactos nas economias e nos sistemas produtivos, bem como nas consultorias contratadas serão a base que irá compor essa Matriz de Dados e auxiliar na garantia da reparação e dos direitos às pessoas atingidas.

No que tange o *status* das macroações do eixo de Matriz de Danos da área 4 do Instituto Guaicuy, é possível verificar na figura III que 17% (09) encontram-se concluídas nos meses anteriores ao deste relatório, 28% (15) não foram iniciadas, mas estão dentro do prazo, 24% (13) estão *On Hold* mas dentro do prazo e 11% (06) foram canceladas e apresentadas justificativas plausíveis para seu cancelamento. Essas macroações estão fora deste período de análise e não serão analisadas neste relatório. Observa-se que 20% (11)

⁴ Instituto Guaicuy. Plano de Trabalho de Assessoria Técnica às comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem B-I e Soterramento da Barragem B-IV-A da Minas Córrego do Feijão da Empresa Vale S.A. Área 4, p. 71. Coord.: Carla Wstane. Belo Horizonte, 2020.



foram iniciadas e serão detalhadas e analisadas ao longo deste capítulo de acordo com o Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 4 março a maio/21, enviado pela ATI e os acompanhamentos feitos pela equipe de referência da CAMF.

Figura III - Tabela da quantidade de macroações por status - Matriz de Danos – Área 5

	Concluída	Iniciada	Não Iniciada	On Hold	Cancelada	Total
MACROAÇÕES ÁREA 4			127,	134,		
			128,	165,		
		158, 160,	129,	136,		
	90, 161, 165,	168, 172,	130,	137,		
	170,	176,	132,	138,	88, 89,	
	173, 181, 183,	182, 190,	133,	141,	162, 188,	54
	189, 198	192, 203,	154, 159,	178,	205, 239	
		255, 262	169, 175,	179,		
			177,	180,		
			191, 193,	197,		
			263, 264,	201,		
				204,		
	9	11	15	13	6	54
	17%	20%	28%	24%	11%	100%

Fonte: CAMF, 2021.

As macroações **88. 89. 90.** são referentes ao MePS. Dentre elas, apenas a **90.** está no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por terem sido canceladas anteriormente aos meses de março, abril ou maio.

90. DRP Temático - Matriz de danos. Encontros para aplicação de DRP, realizados pela equipe de mobilizadores utilizando material e técnicas pré-definidas. Os DRP's foram realizados no meio do ano de 2020, os mesmos foram utilizados para discutir os critérios do Auxílio Emergencial, antes do Acordo, e no auxílio da construção da matriz de danos. Não há previsão para a efetivação dessa macroação, pois o DRP voltado para as comunidades não aconteceu e não há uma previsão de acontecer, também torna-se necessário, segundo a ATI, a revisão dessa metodologia e a atualização desse indicador.



As macroações **127. 128. 129. 130. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 140. 141.** são referentes ao DFIPA I e II, sob a coordenação da equipe DFIPA, cabe ressaltar que a coordenação leva o mesmo nome que o instrumento utilizado pela equipe.

As macroações **127. 128. 129. 130.** constam como não iniciadas, e as macroações **132.133. 134.135.136.137.138.140.141.** em hold.

Conforme justificativa apresentada pela ATI, o contexto de indefinição do acordo em respeito à Área 5 e a indefinição dos critérios a serem adotados na região dificultaram, até então, as atividades a serem desenvolvidas pelo DFIPA na Área 5, que estão todas *on hold* ou não iniciadas. A ATI traz uma justificativa efetiva pontuando que é importante que alguns elementos estejam mais consolidados para uma abordagem que não leve a falsas expectativas para a população da Área 5, assim como, seja possível desenhar metodologicamente a atuação do Instituto Guaicuy nos territórios da região.

Além disso, como é apontado no finalístico e nas reuniões de acompanhamento da ATI, o avanço do DFIPA na área 4 dará elementos para realizar um desenho de pesquisa que considere aspectos específicos da área 5 e que os indicadores referentes ao DFIPA precisam de repactuação a luz do novo Plano de Trabalho que está sendo desenvolvido pelo Guaicuy. Em reuniões com a equipe se destaca que o planejamento interno, junto a consultoria está se buscando métodos e técnicas capazes de coletar os dados através do DFIPA de acordo com as características que implicam a área 5.

E assim como pontuamos no parecer da área 4, percebe-se que a articulação entre as diversas equipes da ATI na construção desse instrumento, junto a multidisciplinaridade de técnicas e metodologias, e a participação da população tornou o DFIPA um instrumento de excelência, capaz de coletar os dados de diversas naturezas, em diversas regiões e, ao mesmo tempo, subsidiar informações para a própria ATI, para o CTC e para o processo em geral.

As macroações **154. 158. 159. 160. 161. 162.** são referentes a Saúde e Assistência Social.

154. Ações Coletivas de identificar fatores de risco para saúde e para a proteção social a partir dos impactos do desastre entre crianças, adolescentes e adultos; identificar as lacunas na oferta de serviços da rede de saúde e socioassistencial e seu agravamento a partir dos



impactos do desastre, com previsão de início repactuação para abril de 2021. Porém com as atividades decorrentes do Acordo, a necessidade de participação das pessoas atingidas e a inviabilidade de sobreposição de ações e realizações de ações presenciais devido à onda roxa e posterior abertura gradual, a atividade consta como não iniciada, com necessidade de nova repactuação, ainda sem retorno pela EY. Desse modo, a ATI entende a necessidade de repactuar a data de início para agosto de 2021, sendo atividade de extrema relevância para o levantamento de informações para a matriz de danos.

A pandemia é um fator preponderante nas paralisações de muitas atividades, na qual o Instituto Guaicuy atua frente a isso com muita responsabilidade. Em diálogo com a ATI, as ações coletivas presenciais retornam gradualmente, respeitando os protocolos sanitários, como pequenos grupos e locais apropriados. As Unidades Móveis de acolhimento de saúde, iniciadas em maio, tem tido uma boa adesão no território, possibilitando o mapeamento de demandas.

158. Ações coletivas. A avaliação do impacto do desastre na saúde e na proteção social das pessoas atingidas é constante durante todo o processo, pois é executada mediante demanda. Em março/21 foi realizada reunião com grupo temático de mulheres. Em abril/21, em virtude da grande quantidade de ações para atender às demandas do Acordo, não foram realizados encontros de grupos temáticos. Em maio/21 foram retomadas as ações com mulheres e iniciadas as ações com juventudes. O objetivo desses grupos temáticos consiste num olhar atento para a compreensão sobre as vulnerabilidades de saúde, e seus efeitos no processo de desterritorialização da população atingida. A equipe de referência acompanhou algumas dessas atividades e notou a relevância para a construção da matriz de danos. Macroação iniciada e de natureza constante.

Os Grupos Temáticos são excelentes ferramentas metodológicas para a coleta de especificidades de grupos e marcadores sociais. O acolhimento próprio possibilita maior engajamento, participação, e incorporar dinâmicas que favorecem a reunião. Nos acompanhamentos, a Equipe de Referência da CAMF pôde observar que a apresentação de demandas, queixas, violação de direitos, de sofrimento social são expostas, considerando lugares localizados de vivências. As narrativas são profundas e eficientes como aspectos

materiais, de dados para a construção da matriz de danos.

159. Ações coletivas. Se refere a avaliação do impacto do desastre sobre a rede de serviços de saúde e de proteção social nos territórios atingidos. Consta com o *status* de “não iniciada”. Repactuação para maio de 2021, devido ao contexto pandêmico; troca de gestão municipal, e; funcionamento dos equipamentos públicos, dificultando a reconstrução da relação da ATI com o poder público. Equipe de Articulação Institucional assume a frente nessas interlocuções e diálogo com os setores públicos. Desse modo, justifica-se o *status* não iniciado da atividade.

160. Diagnóstico das Condições de Saúde. A análise de dados secundários oficiais antes e pós desastre, incluindo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD, do Sistema de informação do SUS/SIA-SUS, programas Sociais do Governo Federal, entre outros. Seu *status* consta como “iniciada” e é constante durante todo o processo. No período deste finalístico foi produzida uma nota técnica sobre “Exposições ambientais e Implicações à Saúde Humana”, primeira versão em abril de 2021 e segunda versão em maio de 2021, e um documento de perguntas e respostas produzido a partir de formação interna multidisciplinar, realizado pelas áreas temáticas de Saúde e Assistência Social, Ciências Ambientais e Ciências Agrárias. Todo o material produzido tem como objetivo apresentar devolutivas dos dados coletados e resultados para as comunidades atingidas, cumprindo-se o objetivo precípuo de fomento da participação informada. .

161. Diagnóstico das Condições de Saúde. Atividade concluída e entregue documentos como combinado.

162. Governança. A equipe de Saúde e Assistência Social chegou a desenvolver a ação de produção de notas técnicas e fluxogramas de acordo com as políticas sociais básicas, visando uma articulação institucional. Mas, a ação foi cancelada devido à entrada da coordenação de AI, que acabou cumprindo essa função proposta pela equipe de Saúde. Portanto, como identificado a partir da descrição das macroações, é percebido que as atividades da área da Saúde e Assistência Social dependem de uma relação e diálogo direto com as pessoas atingidas e necessidade de estabelecimento em campo, para serem efetivas.



As macroações **165. 168. 169. 170. 172. 173. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 188.** são referentes à Análise Ambiental, Agrária e Econômica. Dentre elas, apenas as **168. 172. 175. 176. 182.** estão no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por serem concluídas ou canceladas anteriormente aos meses de março, abril ou maio; ou não foram iniciadas ou estão *on hold*, mas ainda se encontram dentro do prazo de execução.

168. *Impactos no sistema hídrico e nos cursos d'água.* O Relatório consolidado de qualidade de água e de sedimentos, apresentando os dados de monitoramento e outros dados de instituições públicas e privadas, tem como meta o relatório parcial de qualidade de água e de sedimentos. Consta com o *status* de iniciado. A empresa contratada para prestar a consultoria dessa atividade foi contratada em dezembro de 2020, como justificado pela ATI.

Apresenta como evidência o relatório de dezembro a fevereiro, o relatório apresenta coesão com o Plano de Trabalho, as metodologias e técnicas utilizadas apresentam coerência com o que determina a boa literatura em hidrossedimentologia e hidroquímica fluvial. O processo e estratégias adotadas pela ATI se apresenta bem planejado, bem estruturado e metodologicamente preparado para enfrentar os problemas que aparecem.

Para tanto, foi constatado junto a ATI que ao longo do período de vigência desta macroação estão ocorrendo coletas de sedimento, água superficial e subterrânea. As devolutivas são o principal foco da equipe no atual momento.

A metodologia dos relatórios contempla todas as demandas dos atingidos. Entretanto, foi relatado que há atrasos em relação às devolutivas aos atingidos, tal atraso justifica-se devido a melhoria na comunicação, em relação a transposição didática das informações presentes nos relatórios, a fim de garantir a compreensão por parte dos atingidos.

No que tange às coletas, foi informado que trata-se de um processo de análise mais detalhado, tornando-se necessário posteriormente realizar a devolutiva aos solicitantes. Cada resultado de análise tem um indicador técnico metodológico.

172. *Qualidade das águas para o uso humano.* Para tanto, foi apresentado o relatório de prestação de contas trimestral contendo as ações realizadas, a avaliação dos participantes e

resultados preliminares, houve campanhas de coleta e análise realizadas no mês de outubro e novembro de 2020.

Apresenta como evidência o relatório de dezembro a fevereiro, o relatório apresenta coesão com o Plano de Trabalho e com o objetivo 6, que diz sobre o subsídio aos autores processuais da produção de prova técnica para identificar e mensurar danos suportados visando a reparação integral a partir da visão e fala da comunidade e pessoas atingida. O procedimento adotado foi robusto e as metodologias e técnicas utilizadas apresentam coerência com o que determina a boa literatura da área.

As atividades e ações relacionadas à questão da água podem ser acompanhadas, por meio do GT meio físico realizado pela CAMF, com participação de representantes de todas as ATIs, em reuniões, também, com a coordenação ambiental do Instituto Guaicuy e nas nucleações realizadas pela ATI, que sempre trazem como repasses os dados das análises das águas, de forma bem didática, promovendo dessa forma a participação informada dos atingidos. Deve-se ressaltar que as ações adotadas a partir dessa macroação são semelhantes à descrição realizada na macroação 168.

Percebe-se uma excelente organização, estratégias metodológicas e técnicas de coleta, sistematização e avaliação adotadas pela equipe para conseguir executar essas ações. Assim como nas nucleações de apresentação de dados sobre a água, fica perceptível o papel de assessoria sendo executado, através de uma da realização da tradução técnica para a participação bem informada, tornando os atingidos protagonistas do processo.

175. *Biomonitoramento.* Serão realizadas em conformidade com o detalhamento metodológico, com participação ativa da população atingida e com a finalidade de responder questionamentos da população. Terá como produtos entregáveis as coletas de biomonitoramento e análises realizadas, e resultados emitidos. A empresa responsável pelas coletas foi contratada em janeiro de 2021 e as coletas iniciadas em março. Laboratório para análises de contaminantes ainda em processo de contratação. Ficou acordado com a EY a entrega do relatório trimestral em junho de 2021. A coleta de demandas, que foi iniciada em abril, porém foram paralisadas devido a onda roxa. O retorno é positivo e os atingidos estão satisfeitos com as coletas de peixes. A demanda por análises da ictiofauna foi menor em relação às demais, pois a metodologia é definida pela literatura. Sobre os planejamentos de campo, é responsabilidade da ATI e da empresa terceirizada que a executa, visando a



logística da coleta. A ATI acompanha a empresa por segurança e por representação no território. No Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 4 março a maio/21, enviado pelo Instituto Guaicuy, a atividade consta com o *status* iniciado.

176. *Biomonitoramento.* Iniciada entre Março e Abril de 2021. Foi paralisada durante o período “onda roxa” da Covid-19. Segundo a ATI, o retorno é positivo, na medida em que os atingidos estão satisfeitos com as coletas da ictiofauna. As demandas por análises da ictiofauna, no período em questão, foram menores em relação às demais citadas anteriormente. A metodologia utilizada para tais procedimentos é baseada na literatura, e está no Termo de Referência.

182. *Uso da terra.* Relatório apresentando as alterações nas dinâmicas de uso e ocupação da terra após o rompimento da barragem. A proposta inicial era refletir na análise do uso da terra a partir do rompimento. Construção de um relatório técnico metodológico territorial. Ocorreram alguns avanços como a articulação das imagens gratuitas. Trata-se de um trajeto metodológico, a última análise será a partir da última imagem, dado mais próximo da realidade, junto com os dados agrupados a mais tempo. A proposta é finalizar próximo a outubro/21, onde a análise será a partir da última imagem obtida, e fazer a comparação com outros sistemas de imagens. Portanto, fora do escopo.

As macroações **189. 190. 191. 192. 193.** são referentes aos Estudos Econômicos. Dentre elas, apenas as nº **190. 192.** estão no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por terem sido concluídas anteriormente aos meses de março, abril ou maio; ou por não terem sido iniciadas, *mas* ainda se encontram dentro do prazo de execução.

190. *Impactos nas economias e nos sistemas produtivos.* Anteriormente, havia sido acordado a entrega de um relatório parcial, tendo a última entrega ocorrido em março/21. Atualmente extinguiu-se o estudo econômico e com isso, alguns indicadores não serão passados; os indicadores de Turismo e Lazer se mantém, mas a ação 190 não entrará na análise, será cancelada posteriormente pois não há mais a coordenação.

192. *Impactos nas economias e nos sistemas produtivos.* Tem como produto um relatório com resultados preliminares do mapeamento da cadeia do turismo na área 4, apontamento dos possíveis impactos relacionados a essa cadeia produtiva. Para tornar o fluxo de informações mais coeso, foi acordado a entrega trimestral desses relatórios,



acompanhando o escopo do Relatório Finalístico; seu *status* consta como “iniciado” em agosto de 2020 e será constante por todo o trabalho da ATI.

As evidências contêm o relatório “MAPEAMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO E PERDAS AO LAZER (ÁREA 4 E 5)” com o detalhamento das atividades executadas de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021.

Está em estágio avançado com as juventudes que participam de um Grupo de Estudos (GE) e com a nucleação voltada para o grupo de mulheres atingidas. Busca mobilizar também os adultos ativos. Está preparando o retorno ao campo de forma organizada e contínua.

As macroações **197. 198. 201. 203. 204. 205.** são referentes ao MePS. Dentre elas, apenas as **197. 201. 203. 205.** estão no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por serem concluídas anteriormente aos meses de março, abril ou maio; ou estão *on hold*, mas ainda se encontram dentro do prazo de execução.

197. Avaliações e Monitoramento de Saúde Animal e Bem Estar Animal. Tem como meta um relatório final consolidado sobre as condições de saúde e o BEA. Essa atividade encontra-se com o *status* de “*on hold*”. A ATI não contratou consultoria especializada em bem estar animal. Foi relatado à equipe técnica da CAMF, que a não contratação deve-se a indisponibilidade desse tipo de serviço no mercado. Estão ocorrendo coletas de dados que ajudam a analisar essas informações, isso será trabalhado indiretamente. Não será removido dos indicadores, porém a metodologia das entregas será diferente. Tem a expectativa de adquirir um *software* para filtrar as informações, assim sendo, pode considerar nisso a atividade foi iniciada, mas sem indicadores oficiais.

201. Levantamento de dados e danos do segmento agrário e produção agropecuária. Construção de um relatório apresentando o cenário agropecuário das regiões consta como “*on hold*”, uma vez que a ATI aguarda liberação de dados pelo IBGE das regiões, tinha uma previsão para janeiro de 2021 mas essa ação não foi formulada por falta de retorno do IBGE. Mesmo tentando vários acessos, a expectativa é não contar com esses dados; tentam incidir de forma direta para conseguir os dados, mas é difícil, ainda não definiram a metodologia para análise sem o banco de dados do IBGE. Ação está suspensa.

203. Levantamento de dados e danos do segmento agrário e produção agropecuária. A ação permanece como iniciada, mas a onda roxa impactou a reformulação da equipe do Instituto Guaicuy, está sendo realizado o acolhimento sistematizado remoto. As oficinas não

foram iniciadas, agora no campo foram feitas diretrizes de acolhimento, como orientações técnicas e articulando com órgãos públicos como por exemplo: a Secretaria de Saúde dos municípios, zoonoses e etc; A proposta é pensar em trocar a metodologia para acolhimento que possibilita levantar dados, qualificar e criar possibilidades das pessoas atingidas se manterem informados posteriormente. Dentro dos núcleos as temáticas estão limitadas por conta do Acordo. Tem feito acolhimentos com a reformulação da equipe, muitos entendimentos do trabalho mudaram; estão tentando parcerias com instituições como EMATER e prefeitura (zoonoses) para essas análises; o acolhimento serve para ajudar a pessoa a ter ciência do que está precisando no momento, e conseguir atuarem sem a ATI.

205. Divulgação de dados sistematizados e secundários. A macroação foi iniciada e passou a ser realizada em conjunto com a equipe de Comunicação. A equipe vem elaborando materiais de orientação, como cartilhas e devolutivas, porém optou-se pelo cancelamento das atividades.

As macroações **239. 255. 262. 263. 264.** são referentes à equipe dos Direitos dos Atingidos. Dentre elas, apenas as n° **255. 262. 264.** estão no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por serem canceladas anteriormente aos meses de março, abril ou maio; ou não foram iniciadas, mas ainda se encontram dentro do prazo de execução.

255. Atuação extrajudicial/administrativa. Tem o prazo de execução de janeiro de 2021 a dezembro de 2021, consta com o *status* de iniciada. Sua meta é o relatório de atendimento contendo dados quantitativos, enviado trimestralmente. Começou com a equipe em campo; consiste em inserções territoriais; analistas dos direito em campo, é uma atividade presencial; foi encaminhado uma planilha de data, atividade (ex plantão da área) município comunidade, quantidade de pessoas atendidas, nome do analista, *status* (equipe responsável) encaminhado para EY; além disso teve a onda roxa da pandemia que atrapalhou os processos.

262. Matriz de danos. Tem como meta o relatório parcial, conforme elaboração, e final, contendo os danos materiais e imateriais já identificados de forma consolidada, essa atividade consta o *status* de iniciada, tendo seu início em maio de 2020 e será constante no trabalho da ATI. Foi mandada a primeira evidência do relatório preliminar da matriz de danos para as IJs identificando alguns danos. Há previsão de contratação de consultoria para a construção da matriz de danos e ciclos de formações internas de equipe. *Status* iniciado.

Embora algumas atividades estejam atrasadas, o trabalho está em andamento, bem



estruturado e justificado. Ademais, as macroações dialogam com os objetivos de acolher as demandas, as dúvidas e os questionamentos apresentados pelas pessoas e pelas comunidades atingidas, apoiando encaminhamentos, atividades e ações necessárias para o processo de reparação. Visa construir junto às pessoas atingidas formas e prioridades de trabalho adequadas às diferentes realidades sociais e particularidades locais, de forma a garantir a inclusão ampla e irrestrita das pessoas atingidas no processo de reparação; assim como identificar, reconhecer e valorizar os diferentes conhecimentos e saberes, dialogar, junto às pessoas e às comunidades atingidas, dados e informações geradas pelas comunidades, por órgãos públicos, por instituições privadas e pela assessoria técnica e que contribuam para o entendimento dos diferentes danos gerados a partir do rompimento da barragem; e também subsidiar os autores processuais na produção de prova técnica para identificar e mensurar os danos. Por fim, através das atividades que acompanhamos se percebe efetivamente esses objetivos sendo cumpridos, as atividades sendo realizadas com êxito e o trabalho se relacionando como um todo proporcionando a participação informada para os fins últimos de uma reparação integral, através da matriz de danos.

3.4 Pagamento Emergencial

Desde a assinatura do Acordo, em fevereiro de 2021, o eixo do Pagamento Emergencial foi substituído pelo Anexo I.2, Programa de Transferência de Renda. Sendo assim, deixa de ser objeto de ações a serem executadas pelo Instituto Guaicuy. No Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 4 março a maio/21, enviado pelo Instituto Guaicuy, todas as macroações referentes a este eixo são justificadas de forma plausível, informando seu cancelamento.

4. ANÁLISE FINANCEIRA

O Instituto Guaicuy apresentou para o período de março a julho de 2021 o orçamento relativo à área 5 com o descritivo de despesas no valor total de R\$ 19.446.055,59 (dezenove milhões quatrocentos e quarenta e seis mil, cinquenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos). Este valor foi composto pelo saldo em conta corrente bancária no dia 28/02/2021



no valor de R\$ 2.579.087,11 (dois milhões quinhentos e setenta e nove mil, oitenta e sete reais e onze centavos) acrescidos do segundo repasse ocorrido em março de 2021 no valor de R\$ 16.866.968,48 (dezesseis milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, novecentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos).

A seguir, o quadro 1 traz o resumo da previsão orçamentária que foi elaborada pela ATI para a execução do POT da área 5 no período março a julho de 2021, considerando a divisão de recursos propostos para o que seria de atividades da Segunda Vara e o que caberia ao Acordo.

Quadro 1 - Resumo da Composição Orçamentária do POT
ORÇAMENTO PLANO TRANSITÓRIO ÁREA 05 - MARÇO A JULHO DE 2021 - V02

DESCRIÇÃO	ACORDO	2ª VARA	VALOR TOTAL	PERCENTUAL
1. ATIVIDADES ATINGIDAS - METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS	0,00	212.850,00	212.850,00	1,09%
2 - CONSULTORIAS/ PRODUTOS	0,00	4.950.157,46	4.950.157,46	25,46%
3 - RECURSOS HUMANOS	7.762.683,08	862.520,34	8.625.203,40	44,35%
4 - CUSTEIO	0,00	1.832.165,22	1.832.165,22	8,39%
5 - INVESTIMENTO	742.500,00	0,00	742.500,00	3,82%
6 - COMUNICAÇÃO	0,00	666.000,00	666.000,00	3,42%
7 - COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO	0,00	283.652,84	283.652,84	1,48%
8 - TAXA DESMOBILIZAÇÃO "GATILHO" - 12% VALOR PLANO TRANSITÓRIO	2.333.526,67	0,00	2.333.526,67	12,00%
9 - TAXA DE ADM (SOBRE VALOR ACORDO - 90%RH+ INVESTIMENTO) - PERCENTUAL A DEFINIR	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	10.838.709,73	8.607.345,86	19.446.055,59	100,00%
PERCENTUAL	55,74%	44,26%	100,00%	-

Fonte: Planilha Orçamentária – Plano Operacional Transitório

Para a análise financeira deste documento, apesar do detalhamento e divisão de fontes de recursos mencionada no quadro 1, usou-se como base valores cheios do que foi previsto e realizado para cada macro rubrica. Assim, considerando a composição orçamentária proposta no POT e o período realizado de março de 2021 a maio de 2021, foi elaborado no quadro 2 uma síntese da evolução orçamentária por rubrica para demonstrar, através da relação entre os valores previsto e os realizados transcorridos os 3 (três) meses de execução, informando ainda saldo residual do período e total.



Quadro 2 - Controle Orçamentário - Plano Operacional Transitório - Área 5

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	PREVISTO MARÇO A JULHO DE 2021	PREVISTO MARÇO A MAIO DE 2021	REALIZADO MARÇO A MAIO DE 2021		SALDO DO PERÍODO	SALDO TOTAL
			TOTAL	%		
1. Reuniões Núcleos Comunitário	212.850,00	127.710,00	-	0%	127.710,00	212.850,00
2. Contratação de Consultorias Especializadas	4.950.157,46	2.523.513,21	95.044,60	4%	2.428.468,61	4.855.112,87
3. RH (Salários/ Encargos/ Benefícios)	8.625.203,40	4.697.874,08	3.152.939,00	67%	1.544.935,08	5.472.264,40
4.1 - Custo Operacional	1.632.165,22	931.965,22	270.527,33	29%	661.437,89	1.361.637,89
4.2 - Despesas com Bens, móveis e equipamentos	742.500,00	686.220,00	296.410,42	43%	389.809,58	446.089,58
5. Comunicação	666.000,00	366.000,00	4.422,20	1%	361.577,80	661.577,80
6. Coordenação e acompanhamento metodológico	283.652,84	170.191,70	637.124,93	374%	(466.933,23)	(353.472,09)
Taxa de desmobilização - GATILHO	2.333.526,67	1.400.116,00	-	0%	1.400.116,00	2.333.526,67
TOTAL	19.446.055,59	10.903.590,21	4.456.468,47	41%	6.447.121,74	14.989.587,12



A partir das informações apresentadas pode-se verificar que para o período de março de 2021 a maio de 2021 foi previsto no POT o valor de R\$ 10.903.590,21 (dez milhões, novecentos e três mil, quinhentos e noventa reais e vinte um centavos), que corresponde a 41% do previsto, como demonstrado no quadro 2.

Para complementar as informações financeiras, a ATI encaminhou notas explicativas relacionadas aos eventos que teriam influenciado para uma menor execução financeira com relação ao que foi planejado para o período. Dentre as justificativas apresentadas destacou-se que a indefinição a respeito da aprovação do POT causou incertezas jurídicas e financeiras. Ressaltou-se, também, que o aumento dos índices da pandemia do Coronavírus em Minas Gerais prejudicou as atividades presenciais e essas ocorrências teriam sido determinantes para a menor realização financeira no período de março a maio de 2021.

A seguir analisa-se a execução orçamentária por macro rubricas, onde inicialmente pode-se verificar que não houve realização de gastos no período a título de “Reuniões Núcleos Comunitário”. Os dispêndios que compõem esta rubrica se justificam para atividades realizadas de forma presencial, sendo portanto não validadas no período considerado.

Com relação à rubrica “Contratação de Consultorias Especializadas” verifica-se que foram realizados 4% dos valores previstos para o período. A ATI justificou que a baixa execução no período estaria relacionada também à necessidade de redução das atividades presenciais em campo por conta da pandemia do Covid-19.

Para a rubrica “RH (Salários/ Encargos/ Benefícios)” apresenta-se a execução de 67% do previsto. Com relação a esta rubrica o Instituto Guaicuy informou que a partir do recebimento dos recursos ocorrido em março de 2021, foi iniciado o processo de contratação de novos colaboradores conforme previsto no orçamento do POT e que desde então vem realizando as adequações necessárias.



Quanto à rubrica “Custos Operacionais” verifica-se que 29% do valor previsto foi realizado. Como principal justificativa, a ATI informou que houve a necessidade de voltar com os escritórios regionais para atividade remota em função dos riscos impostos pela pandemia do Covid-19.

Com relação a rubrica “Despesas com Bens Móveis e Equipamentos” apura-se que houve realização de 43% do valor com relação ao previsto.

Para a rubrica de “Comunicação” apura-se que houve realização de 1% do valor com relação ao previsto para o período.

Quanto à rubrica “Coordenação e acompanhamento metodológico” pode-se verificar que o valor realizado está maior que o valor previsto, inclusive para todo o período do POT. Foram previstos R\$ 283.652,84 (duzentos e oitenta e três mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e oitenta e quatro centavos) e foram realizados R\$ 637.124,93 (seiscentos e trinta e sete mil, cento e vinte e quatro reais e noventa e três centavos), o que corresponde a 225% do previsto. Neste caso, houve equívoco na previsão orçamentária da rubrica. Através dos levantamentos realizados pode-se verificar que existia um passivo junto à CAMF desde outubro de 2020 que não foi considerado na composição da rubrica. Entretanto é possível fazer adequação através de solicitação de remanejamento de rubricas.

Por fim com a relação a rubrica prevista a título de “Taxa de desmobilização – Gatilho” o objetivo desta rubrica seria criar uma provisão para custear o pagamento de eventuais despesas, caso haja a necessidade de encerramento das atividades do projeto, antes do prazo previsto. No entanto, até a data da emissão desta análise não existe definição da aprovação ou não da pertinência do valor previsto para esta rubrica. Cabe ressaltar que por se tratar de uma “reserva” de numerário não se aplica a realização desse recurso para o período em análise.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a necessidade de dar execução ao Acordo Judicial, inúmeras novas demandas foram apresentadas às assessorias e, em consequência, à CAMF, o que continua implicando um esforço coletivo no estudo e análise do contexto, a fim de alinhar e planejar ações que viabilizem a garantia do acesso à participação informada das populações atingidas.

Outro importante cenário, externo ao trabalho do Instituto Guaicuy e da CAMF, conforme exposto no corpo do Parecer, é o agravamento da pandemia de Covid-19, que motivou o decreto de onda roxa pelo Estado de Minas Gerais em diversos municípios das regiões atingidas. A dificuldade de acesso à telefonia e *internet*, que vivenciam a maioria das comunidades atingidas, tornou-se um desafio ainda maior promover a participação das pessoas atingidas durante este período de severas restrições.

Os prazos exíguos para as consultas e formulações de propostas foi outro fator limitador à participação de atingidos e atingidas no processo de execução do Acordo, apesar do esforço implementado pela assessoria e comunidades objetivando cumprir os prazos determinados. Constatou-se que os prazos estabelecidos limitaram os processos participativos ao não considerar o tempo, dinâmica e demandas comunitárias já estabelecidas.

Em diálogo com a ATI, é percebida a insegurança sobre os procedimentos de entrega de documentos e evidências, da forma como apresentar as atividades executadas no período, visto que o POT está em aprovação, ao mesmo tempo que a EY assegurava as atividades do Processo. Diante disso, pode-se afirmar que as equipes se empenharam para executar o trabalho, tendo aumentado significativamente as ações para a efetivação da comunicação e participação informada.

É imprescindível que a avaliação da CAMF considere, sobretudo, os acompanhamentos ao Instituto Guaicuy, uma vez que os documentos apresentados, são uma mínima parcela e não expressam a realidade do trabalho executado, visto que são percebidas algumas lacunas que são de ordem burocrática entre o Instituto Guaicuy e EY. Desse modo, uma análise *per si* dos documentos, apresenta limitações para uma avaliação consistente da ATI. Enquanto Equipe de Referência CAMF, no acompanhamento metodológico finalístico, foi possível identificar a execução das atividades de modo dinâmico, em função do diálogo e acompanhamento com a ATI. Avalia-se que os indicadores definidos juntos à EY requerem



alteração, pois geram redundâncias, e por vezes não são suficientes para indicar/avaliar, ou demonstrar as especificidades por região.

O Instituto Guaicuy possui metodologias sólidas e efetivas, com excelente adesão no território. Durante as reuniões sobre os Anexos do Acordo, a participação foi ativa. As equipes de campo residentes nos territórios possibilitaram que a abordagem da ATI fosse eficiente e eficaz, uma vez que é estabelecido um contato aproximado, dialógico, e sobretudo, que as pessoas atingidas sintam-se confiantes diante da atuação da ATI. Apesar dos desafios, seja as limitações em função da pandemia ou as mudanças no processo, o Instituto Guaicuy tem se saído bem na função alocada às ATIs de levar as informações aos atingidos.

Visto que são identificadas contradições no texto e na planilha de atividades, para o próximo Relatório Finalístico, ressalta-se a necessidade de uma filtragem das macroações condizentes com o período, e com isso uma definição mais qualificada dos indicadores, bem como do andamento das atividades. Reafirma-se a relevância da reformulação do Relatório Finalístico, que poderão ser discutidas em reuniões, conjuntamente com a Equipe de Referência da CAMF. Relacionar a meta/produto a ação também possibilita maior fundamentação para análise e embasamento.

No que tange a análise financeira, para o período de março a maio de 2021, correspondentes aos três primeiros meses de vigência do POT, verifica-se que a ATI executou 41% dos recursos previstos para o período. Sob o aspecto financeiro, considerando o processo de implementação do POT, pode-se concluir que a execução financeira foi prejudicada, uma vez que, neste período, as atividades foram executadas sem a formalização do Termo Aditivo. Desta forma, a execução financeira encontra-se sem lastro orçamentário previamente aprovado.

Não obstante, questões como valores a título de taxa de administração e desmobilização, a necessidade ou não de segregação dos controles financeiros no que diz respeito aos escopos das ações relacionadas ao Acordo e ao Processo estão pendentes de definições. Essas indefinições prejudicaram inclusive o acompanhamento e monitoramento metodológico da execução financeira pela CAMF no período sob análise.

Belo Horizonte, 22 de julho de 2021.

Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico

Coordenação Geral e Coordenação Técnica

Equipe Jurídica e de Referência de Campo

Assessoria de Processos e Finanças

Assessoria de meio biótico



REFERÊNCIAS

Instituto Guaicuy. **Plano de Trabalho de Assessoria Técnica às comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem B-I e Soterramento da Barragem B-IV-A da Minas Córrego do Feijão da Empresa Vale S.A.** Carla Wstane. Belo Horizonte, 2020.

Instituto Guaicuy. **Relatório Trimestral Finalístico IV – Área 5.** Coord. Carla Wstane. Belo Horizonte, 2020.

Instituto Guaicuy. **Anexo I – Ações finalísticas Guaicuy Área 5.** Coord. Carla Wstane. Belo Horizonte.

Instituto Guaicuy. **Plano Operacional Transitório de Assessoria Técnica Independente – Área 5.** Coord. Carla Wstane. Belo Horizonte, 2021.

PUC Minas. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. **Parecer Finalístico III das áreas 4 e 5: Projeto Paraopeba** – Coordenação e Acompanhamento Metodológico e Finalístico para Atuação junto às Assessorias Técnicas Independentes no Processo de Reparação Integral das Perdas das Populações na Bacia do Rio Paraopeba. Belo Horizonte: jun. 2020.

PUC Minas. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. **Plano de Trabalho: Projeto Paraopeba** – Coordenação e Acompanhamento Metodológico e Finalístico para Atuação junto às Assessorias Técnicas Independentes no Processo de Reparação Integral das Perdas das Populações na Bacia do Rio Paraopeba. Belo Horizonte: jun. 2020.

PUC Minas. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. **MANIFESTAÇÃO DA COORDENADORA DE ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO E FINALÍSTICO DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS INDEPENDENTES AEDAS, NACAB E GUAICUY - Análise complementar dos Planos Operacionais Transitórios de acordo com o roteiro apresentado pelo Comitê de Compromitentes** – Coordenação e Acompanhamento Metodológico e Finalístico para Atuação junto às Assessorias Técnicas Independentes no Processo de Reparação Integral das Perdas das Populações na Bacia do Rio Paraopeba. Belo Horizonte: jun. 2021.

TERMO de Compromisso. **Instituições de Justiça e Assessorias Técnicas Independentes.** Belo Horizonte, fevereiro de 2020.

Registros de reuniões - instrumentos e memórias. **Equipe de Referência CAMF - Áreas 4 e 5,** Belo Horizonte, 2021.







Pró-reitoria de Extensão



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

**PARECER TÉCNICO DA COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO
METODOLÓGICO E FINALÍSTICO**

Objeto: IV Relatório Finalístico Trimestral de Atividades da Assessoria Técnica Nacab

**Belo Horizonte
Julho de 2021**



Número do documento: 21080215375438500004920215434

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21080215375438500004920215434>

Assinado eletronicamente por: CAROLINA MORISHITA MOTA FERREIRA - 02/08/2021 15:37:54

Num. 4921613116 - Pág. 1

FICHA TÉCNICA:

Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico

Coordenação Geral

Coordenação Técnica

Equipe técnica autoral

Equipe de Referência de Campo da Região 3

Assessoria Temática de Processos e Finanças

Assessoria Temática de Socioeconomia

Assessoria Jurídica

Assessoria Temática de Meio Biótico

Assessoria Temática de Saúde

Revisão: Comunicação



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. METODOLOGIA	5
3. ANÁLISE FINALÍSTICA	6
3.1 - Eixo I - Gestão	8
3.1.1 - Planejamento da ATI	8
3.1.2 - Operacionalização da ATI	9
3.1.3 - Assessoria Jurídica Transversal	111
3.1.4 - Gestão da Tecnologia da Informação	122
3.2 - Eixo II - Participação informada	133
3.2.1 - Protocolo de Consulta	133
3.2.2 - Comunicação	155
3.2.3 - Acompanhamento das Famílias e Pessoas Atingidas	166
3.2.4 - Gestão da Participação	177
3.2.5 - Formação e Treinamento	188
3.2.6 - Assessoria Jurídica Transversal	19
3.3 - Eixo III - Assistente Técnico das Instituições de Justiça	211
3.3.1. Matriz de Danos	211
3.3.2. Estudos para caracterização sociodemográfica, econômica e cultural do território, identificação de atingidos e levantamentos de danos materiais e imateriais	222
3.3.3. Diagnóstico Socioambiental	266
3.3.4. Diagnóstico e Monitoramento dos impactos sobre abastecimento e consumo de água	29
3.3.5. Avaliação de Risco à Saúde	29
3.3.6 - Assessoria Jurídica Transversal	300
3.4 - Eixo IV - Reparação	311
3.4.1 - Diagnóstico Territorial dos Recursos e das Atividades Econômicas	311
3.4.2 - Gestão de Demandas	311
3.4.3 - Programa de Transferência de Renda	322
3.4.4 - Projeto Bacia Paraopeba	333
3.4.5 - Projeto Microcrédito/crédito	344
3.4.6 - Projeto Comunidades	355
3.4.7 - Reparação Socioambiental	366
3.4.8 - Assessoria Jurídica Transversal	366
3.4.9 - Memória da Reparação	366
Apontamentos finais	377
4. ANÁLISE FINANCEIRA	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	433
REFERÊNCIAS	465



1. INTRODUÇÃO

Trata-se de Parecer Técnico da Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF - PUC Minas), sobre o IV Relatório Finalístico da Assessoria Técnica Independente, elaborado pelo Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (Nacab), com atuação na região 3, atingida pelo rompimento das barragens B-IV e B-IV-A, da Mina do Córrego do Feijão, de propriedade da Vale S.A, em Brumadinho (MG). O objetivo principal deste Parecer é subsidiar as Instituições de Justiça – Ministério Público de Minas Gerais, Ministério Público Federal e Defensoria Pública de Minas Gerais, no processo de avaliação e chancela das atividades executadas pela assessoria técnica, entre os meses de março a maio de 2021, em consonância com a proposta de trabalho apresentada no Plano Operacional Transitório (POT), em substituição ao Plano de Trabalho (PT V.49) homologado no processo judicial pelo juízo competente.

Cumprir informar que, embora o aditivo ao Termo de Referência e o Plano Operacional Transitório ainda não tenham sido aprovados pelas IJs e pelo Comitê de Compromitentes, foram utilizados como referência para definir o escopo de atuação da assessoria técnica no trimestre em análise. O período de vigência do POT, inicialmente submetido à apreciação das IJs e do Comitê foi de cinco meses, com término previsto para julho de 2021, podendo ser alterado, se necessário.

O presente relatório está organizado em cinco partes, sendo: 1.Introdução; 2.Metodologia; 3.Análise Finalística; 4. Análise Financeira, e 5.Considerações finais.

2. METODOLOGIA

Este Parecer é resultado de uma análise documental e de um trabalho qualitativo de acompanhamento, direto e contínuo, das atividades realizadas pelo Nacab, conforme pactuado no Acordo de Cooperação firmado entre a CAMF e as ATIS, com interveniência das IJS.

Além da análise do IV Relatório Finalístico apresentado pelo Nacab, outros documentos foram considerados para a construção deste parecer: a) Plano de Trabalho (PT V.49); b) Pareceres elaborados pela CAMF sobre o POT; c) III Relatório Finalístico; d) Evidências das atividades realizadas no período de março a maio de 2021; e) Relatórios de Asseguração elaborados pela EY; f) Fluxo Financeiro de março a maio de 2021.



Já o acompanhamento das atividades realizadas pelo Nacab, no período em questão, somou a participação direta em 83 (oitenta e três) reuniões e encontros, englobando atividades internas da assessoria (tais como as reuniões da Gerência de Participação junto aos analistas de campo e as reuniões dos escritórios de campo), atividades junto às outras ATIs e CAMF, e atividades externas junto aos atingidos e atingidas. O acompanhamento realizado, mais do que uma ação de monitoramento puro e simples, tem sido utilizado como uma estratégia de trabalho colaborativo, de caráter pedagógico e técnico, para o aprimoramento continuado das ações e atividades desenvolvidas pela ATI na região 3.

Antecedendo a elaboração deste parecer o envio, para a ATI, de um documento com sugestões de revisão de texto do IV Relatório e pedidos de complementação de informações e documentos vinculados às atividades relatadas. Seguido ao envio, foi realizada uma reunião remota entre a equipe de referência da CAMF e a gerência do Nacab responsável pela elaboração do IV Relatório, para o diálogo e esclarecimentos sobre as dimensões finalísticas e financeiras contempladas na elaboração do parecer. Todas as revisões e complementações encaminhadas pela ATI até 16 de junho foram incorporadas no presente documento.

Considerando que quase a totalidade das ações e atividades previstas no POT ainda estão em curso, ultrapassando o trimestre de referência, as apreciações emitidas neste parecer são mais processuais do que finais. Também cabe destacar que os comentários e análises apresentados, sejam sobre os aspectos finalísticos, sejam sobre os aspectos financeiros, não têm caráter de asseguarção das atividades e ações desenvolvidas pela assessoria, papel que compete a uma auditoria formalmente constituída, mas visam fornecer uma apreciação qualitativa sobre a atuação da ATI no período, sobretudo junto às pessoas e comunidades atingidas.

3. ANÁLISE FINALÍSTICA

O IV Relatório Trimestral Finalístico apresentado pelo Nacab, em formato PDF, contém 86 páginas e está estruturado em quatro partes: a) Introdução; b) Contexto; c) Ações do 4º Trimestre e d) Apontamentos Finais.

Na Introdução são apresentados, de forma sintética, o objetivo geral e os seis objetivos específicos que têm orientado a atuação do Nacab no período de escopo do POT. Esses objetivos contemplam tanto atividades e ações voltadas para a assistência técnica das IJs, quanto as de assessoria técnica aos atingidos e atingidas da região 3, vinculadas ao



Processo e ao acordo judicial. Também são citadas as duas entidades parceiras da assessoria na região – INSEA e Instituto Sustentar.

Apesar do aditivo ao Termo de Compromisso e o Plano Operacional Transitório ainda não estarem formalmente aprovados, a assessoria optou em apresentar o IV Relatório como resposta aos eixos, ações e atividades apresentados no POT, decisão apoiada pela CAMF. Isso se justifica devido à significativa defasagem do Plano de Trabalho (PT V.49) em face das novas dinâmicas e demandas de trabalho que vêm sendo apresentadas pelas IJs e pelo Comitê de Compromitentes, após a assinatura do acordo.

Após a introdução foram apresentadas informações sobre o contexto em que as ações e atividades foram desenvolvidas no período de março a maio de 2021. A ATI fez um resgate da sua atuação na região 3, e descreve a sua forma de organização, com a sua estrutura sendo dividida entre gerências e escritórios de campo. Foi lembrada a atuação presencial da assessoria em campo, ainda que de forma pontual, na execução de pesquisas, acompanhamentos de coleta de material por consultorias especializadas, mapeamento e delimitação de comunidades atingidas, entre os meses de outubro de 2020 e fevereiro de 2021 (quando as atividades presenciais tiveram que ser novamente interrompidas). E reafirmou os desafios impostos pela pandemia de Covid-19, no esforço contínuo de adaptação metodológica para o desenvolvimento de atividades remotas com as populações atingidas, que garantam o direito à informação e à participação com qualidade nos processos ligados à reparação integral. Cabe destacar que essa reivindicação por maior presença nos territórios tem se intensificado, a partir das melhorias relativas às condições sanitárias e da flexibilização das medidas de controle e isolamento social, com a crescente cobrança de diferentes comunidades da região pela presença da ATI em campo.

Por fim, é importante observar que a assinatura do acordo exigiu das ATIs o desenvolvimento de um conjunto expressivo de novas ações e atividades, seja como assistente técnico das IJs, seja como assessoria técnica das pessoas atingidas, ocasionando todas as discussões e tratativas que se desdobram na elaboração dos POTs e de um aditivo ao Termo de Compromisso. Tal processo se deu mediante discussões e reflexões internas, de reavaliação e reorganização da estrutura e do trabalho das ATIs, sem as quais não seria possível acomodar as novas atividades, demandas e prazos estabelecidos pelo Acordo, junto às antigas já desenvolvidas vinculadas ao processo. Todo esse percurso foi marcado por uma intensa agenda de atividades, parte delas acompanhadas diretamente pela CAMF, com uma série de impactos nos territórios.



3.1 - Eixo I - Gestão

As ações reunidas nesse eixo podem ser consideradas “ações meio”. Não visam o desenvolvimento de atividades voltadas diretamente para a reparação integral de atingidos e atingidas, seja no escopo do processo, seja no escopo do Acordo, mas são essenciais para o bom funcionamento e a organização interna da ATI.

Este eixo reúne quatro ações: i) Planejamento da ATI; ii) Operacionalização da ATI; iii) Assessoria Jurídica Transversal e iv) Gestão da Tecnologia da Informação. Dessas ações, se desdobram nove atividades, todas em andamento, conforme previsto no cronograma do POT.

3.1.1 - Planejamento da ATI

Para a atividade de “Elaboração do Plano de Trabalho”, são descritas a participação em duas reuniões de alinhamento entre a CAMF e as ATIs, e a criação de um Grupo de Trabalho Interno (GTI). A atividade foi suspensa, tendo como justificativa a insegurança institucional e as incertezas decorrentes da não aprovação dos POTs e do aditivo ao Termo de Compromisso firmado entre as IJs e as ATIs. Foram mantidos, porém, os prazos de finalização para primeira quinzena de julho. Esse prazo precisará ser revisado dada a complexidade dessa atividade, as incertezas que ainda estão presentes na fase transitória e a necessidade de participação dos atingidos e atingidas na construção e validação do novo Plano, tal como previsto no POT.

A criação de espaços de alinhamentos voltados para a elaboração de Planos de Trabalho Globais mais convergentes, guardadas as particularidades regionais e a autonomia metodológica de cada assessoria, foi consensuada entre as ATIs e a CAMF. Tal iniciativa, além de possibilitar trocas de experiências entre as ATIs, poderia promover a convergência de algumas frentes de trabalhos, com potencial para a otimização de recursos, a reorganização e a otimização do processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades que vem sendo realizado pelas ATIs e pela CAMF, com possibilidade de impactar positivamente o trabalho futuro junto à auditoria que será definida para acompanhar o acordo.

Não houve descrição de atividades realizadas pelo Grupo de Trabalho Interno antes da suspensão das atividades, tais como: i) composição do grupo; ii) metodologia de trabalho utilizada; iii) resultados parciais alcançados no período. E como a CAMF ainda não



acompanhou diretamente esta atividade interna da assessoria, não é possível avaliar nenhuma dessas atividades. A expectativa é que, tão logo o processo de construção dos Planos possa ser retomado, a equipe de referência da CAMF passe a acompanhar e contribuir de forma mais efetiva na construção dessa ação que foi interrompida no seu início.

Para a atividade “Monitoramento e Avaliação” foi informado sobre a customização de um aplicativo (*Planner*) voltado para a gestão e o acompanhamento das atividades do POT. O monitoramento e avaliação continuaria sendo feito por um conjunto de indicadores elaborados no contexto do Plano de Trabalho (V.49), mas cujos resultados não encontram-se descritos no texto do IV Relatório, nem no relatório anterior, apesar disto estar mencionado no texto. Foi demandado à ATI a socialização de maiores informações sobre esses indicadores para futura apreciação. Também foi relatado o início de uma atividade interna de avaliação organizacional do trabalho, com previsão de encerramento no final de julho, iniciativa considerada relevante pela equipe de referência da CAMF.

Dessa atividade foi apreciado apenas o questionário de “Avaliação de satisfação dos técnicos da ATIR3”, encaminhado como evidência para a EY. Pode-se observar que a pesquisa visa avaliar, entre outros indicadores, a capacidade de trabalho da coordenação de campo, o cumprimento de metas, o volume e as condições de trabalho. O questionário é voltado apenas à coordenação e aos analistas lotados nos escritórios de campo, sendo recomendada a sua aplicação também para as outras gerências e coordenações da ATI, o que permitiria uma avaliação ampliada do trabalho realizado pelos diferentes setores da assessoria.

Os resultados parciais da avaliação interna e do monitoramento dos indicadores não foram apresentados no corpo do relatório. É sugerido que tais resultados sejam apresentados, mesmo que de forma sintética, diretamente para as equipes de referência da CAMF e no próximo relatório finalístico.

3.1.2 - Operacionalização da ATI

Para a atividade de “Contratação e Gestão de RH” foi apresentada pelo NACAB uma previsão de contratação de 44 (quarenta e quatro) novos profissionais entre os meses de maio e julho de 2021, segundo a assessoria, essa previsão tem como objetivo adequar o corpo técnico às mudanças no escopo do projeto. Apesar dessa previsão, no trimestre analisado observou-se que o quadro funcional da ATI não teve aumento significativo, ficando na casa dos 104 colaboradores. Segundo as informações prestadas pela ATI, durante as reuniões para



complementação das informações, não houve significativa alteração na previsão orçamentária com a folha de pagamento, cabe informar que as novas contratações seriam possíveis graças ao remanejamento de recursos oriundo das redefinições dos cargos.

Objetivando construir uma primeira análise a respeito da estrutura do corpo técnico do Nacab a equipe de referência comparou a proposta de cargos, apresentada no Plano de Trabalho (V.49), com informações sobre o RH cedidas pela assessoria, em junho de 2021. De maneira geral, as análises permitiram apreender que houve racionalização e simplificação na estrutura de cargos, iniciativa considerada positiva, ao permitir maior flexibilidade na gestão de pessoal melhor alinhada à dinâmica dos trabalhos desenvolvidos.

Tendo como ponto de referência o primeiro plano de trabalho aprovado (PT V.49), há uma proposta de ampliação no quantitativo de profissionais diretamente vinculados à ATI. Dada a complexidade para a compreensão dessa proposta, foi solicitado ao Nacab maiores informações sobre a estrutura de RH projetada. Entretanto, as informações não puderam ser produzidas e encaminhadas antes da finalização deste parecer, mas serão fundamentais no trabalho de acompanhamento e orientação da ATI, no contexto da atividade de elaboração do novo Plano de Trabalho Global, que deverá ser realizado em breve.

Já a atividade de “Aquisições e Serviços”, que tem caráter permanente, compreende as despesas administrativas relacionadas à manutenção da estrutura da ATI, bem como de seus serviços de gestão e controle, além de abarcar as contratações de consultorias especializadas para a execução de serviços e pesquisas diagnósticas. Foi informada a contratação de consultorias responsáveis pelas coletas e análises de ictiofauna e água subterrânea, consultorias para execução de diagnósticos socioeconômicos e aquelas relacionadas à implantação e gestão e de sistemas de tecnologia da informação. As contratações possuem ligação direta com as ações finalísticas, sendo elas as responsáveis pelo corpo de algumas das ações propostas, e nesse sentido, a avaliação das referidas consultorias se processará durante a apreciação da ação a que se referem. Com destaque, foi mencionado que a locação do escritório da ATI na cidade de Viçosa foi concluída, restando apenas a aquisição de alguns equipamentos necessários para o trabalho das equipes que nele estão alocadas.

Cabe destacar que o cenário imposto pelas restrições sanitárias, além do impacto nas dinâmicas de trabalho, também trouxe impactos no planejamento e na execução financeira da ATI, sendo que serviços relacionados às atividades de campo presenciais, como combustível, aluguel de veículos e alimentação representaram uma baixa execução. Cenário que tende a



mudar em breve, vista a proposta de retomada gradativa das atividades de campo presenciais, previstas para o mês de julho, a partir da observância ao protocolo de saúde vigente.

Para a atividade de “Execução Financeira” foram descritas o aprimoramento de processos e fluxo de trabalho do setor administrativo, sendo estes: i) a separação dos recursos oriundos do primeiro e segundo desembolso, para melhorar o processo de prestação de contas; ii) inclusão de novos setores no fluxo de aprovação de pagamentos, objetivando maior controle dos prazos; iii) aprimoramento no processo de compras, visando maior eficiência; iv) aprimoramento do processos de prestação de contas de saldos de adiantamento e reembolsos. A descrição e análise sobre as informações financeiras apresentadas no IV Relatório serão detalhadas no item 4 - Análise Financeira.

3.1.3 - Assessoria Jurídica Transversal

Esta ação, descrita pela ATI como “Assessoria Jurídica Administrativa Institucional”, tem caráter permanente. Embora esteja intimamente relacionada às demandas administrativas da própria ATI, no seu escopo de trabalho também há o atendimento de demandas decorrentes do processo judicial e do acordo. Nesse sentido, além das atividades rotineiras, tais como o apoio a procedimentos de contratação e gestão de pessoas, de contratação de serviços e aquisição de bens, de recolhimento de tributos, de representação judicial e extrajudicial da entidade há, também, o acompanhamento das atividades da auditoria externa (EY), elaboração de pareceres e notas técnicas, comparecimento em reuniões e apoio e orientação na produção dos relatórios mensais e trimestrais.

No IV Relatório Finalístico Trimestral, foi descrita a participação em reuniões com as Instituições de Justiça e com a CAMF, que tinham como objetivo a discussão a celebração do Termo Aditivo ao Termo de Compromisso firmado em fevereiro de 2020. O relatório descreve também o acompanhamento de edital para contratação de pessoal, bem como a reanálise das normativas internas a fim de desburocratizar e facilitar o trabalho da ATI e por fim a instituição de Comitê de Governança que teve a participação da Assessoria Jurídica Administrativa Institucional.

Descreve como desafios a qualificação das normativas internas da ATI e o aprimoramento contínuo das orientações à equipe interna quanto a fluxos e procedimentos.

Por fim, o Relatório apresenta como estratégia de fortalecimento do trabalho o destaque de três profissionais para a área, com atribuições específicas e um canal de comunicação direta com o Gerente Jurídico.



As atividades mais voltadas para as rotinas administrativas e gerenciais da ATI, tais como a elaboração de editais de contratação de pessoal ou serviços e as orientações sobre o recolhimento de tributos, embora não acompanhados pela CAMF, são, sem dúvidas, de reconhecida relevância para manutenção e funcionamento da assessoria técnica independente e demandam considerável volume de trabalho. Já nos espaços acompanhados pela CAMF nos quais a Assessoria Jurídica Administrativa Institucional esteve presente, tais como reuniões periódicas junto à auditoria e para a elaboração coletiva do termo aditivo, tem sido observada a importância e a qualidade desse setor para conferir segurança e consistência jurídica às ações desenvolvidas pelo Nacab.

3.1.4 - Gestão da Tecnologia da Informação

Para esta ação são descritas as atividades de “Suporte, Manutenção e Treinamento” e “Segurança da Informação”, nas quais se aponta o processo de compra e manutenção de equipamentos, de plataformas virtuais de trabalho e de ferramentas de segurança digital. Avalia-se, do processo descrito, que as ferramentas digitais utilizadas pelas assessorias, bem como os equipamentos disponibilizados para as equipes técnicas promoveram um avanço significativo no gerenciamento das informações produzidas por elas.

Na atividade de “Contratação e Supervisão de Serviços de TI” destaca-se a contratação de uma empresa especializada para a criação de um aplicativo de registro e gestão de demandas e de serviço de internet nas comunidades, que pode potencializar a participação informada de indivíduos e grupos de atingidos mais vulneráveis no território, assim como dar mais celeridade ao processo de acolhimento e encaminhamento de demandas locais.



3.2 - Eixo II - Participação informada

As ações apresentadas neste eixo sustentam um dos princípios das Assessorias Técnicas Independentes, o da participação informada. Garantir que as informações sejam transmitidas às pessoas, coletivos e comunidades atingidas, de forma clara e com linguagem acessível, e construir espaços que sejam organizados a partir da educação popular e política, por meio do uso de metodologias participativas e inclusivas, é fundamental para a defesa e a garantia dos direitos dessas populações. Trata-se de um eixo transversal, com ações e atividades vinculadas tanto ao Processo, quanto ao Acordo.

Esse eixo reúne seis ações: i) Protocolo de Consulta; ii) Comunicação; iii) Acompanhamento das Famílias e Pessoas Atingidas; iv) Gestão da Participação; v) Formações e Treinamentos; e vi) Assessoria Jurídica Transversal. Todas as ações se encontram em andamento, conforme previsto no cronograma do POT. As seis ações desdobram-se em sete atividades.

As atividades elencadas são capazes de promover nos territórios, a partir do estabelecimento de procedimentos de trabalho que sejam alinhados com as formas de organização das comunidades, a escuta ativa, o registro e o encaminhamento de demandas, a reflexão e a formação sobre ações e decisões vinculadas à reparação.

3.2.1 - Protocolo de Consulta

O Protocolo de Consulta compreende o direito à consulta e a obrigação de consultar comunidades tradicionais sobre procedimentos de pesquisa. É um instrumento de garantia de direitos dessas populações que encontra respaldo em legislações nacionais e internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). É através desse documento que as comunidades devem apontar os limites para as pesquisas, as formas prioritárias de consulta e coleta de dados, bem como apresentar a sua forma de organização e inter-relação com o ambiente. Por isso deve ser construído pelas próprias comunidades interessadas.

Como destacado no POT, o Nacab realizou atividades para a construção do Protocolo junto às comunidades de Pontinha, Beira Córrego e Retiro dos Moreiras, contudo, essas comunidades solicitaram a paralisação das atividades em seus territórios. O Nacab continua em constante diálogo com as lideranças dessas comunidades, e aguardava novas articulações



interinstitucionais para avaliar se a ação poderá ser concluída, sendo que ficaram faltando as etapas de retorno e devolutiva para a validação das comunidades.

Avalia-se que, diante deste cenário, a postura que o Nacab tem adotado é adequada, uma vez que considera as especificidades e as temporalidades de organização das comunidades tradicionais, além de ser uma postura de respeito à autonomia dessas populações frente ao processo de reparação. A CAMF acompanhou parte desses diálogos sobre a paralisação das atividades junto às comunidades tradicionais na região 3, e tem buscado contribuir com os esforços para a promoção de espaços de diálogo entre a assessoria, as comunidades e as entidades representativas dos povos tradicionais para a melhor resolução desse impasse.

Em relação ao Protocolo para atuação junto aos Povos e Comunidades de Tradição Religiosa de Matriz Africana (PCTRAMAS), descrito no Relatório, o mesmo não constava como produto previsto no POT. Dessa forma, será importante, em outro momento, se conhecer a justificativa para a realização dessa frente de trabalho e a entrega do produto.

O Protocolo construído pelo Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (Cenarab), consultoria contratada pelo Nacab para realizar o Diagnóstico de Povos de Terreiro, não apresenta uma descrição que contemple o planejamento e as metodologias que foram utilizadas para sua construção, não sendo possível avaliar como foi o seu processo de elaboração. Cabe, portanto, ressaltar a importância de qualificar a descrição da ação para que uma análise qualitativa mais robusta sobre a metodologia e os procedimentos utilizados possa ser realizada pela equipe de referência da CAMF. Também sugere-se que as atividades desenvolvidas para a elaboração do Protocolo e a entrega do produto sejam descritas no plano de trabalho do Cenarab.

A análise do Protocolo para os PCTRAMAS disponibilizado pelo Nacab, sem o efetivo acompanhamento de todo o seu processo, não tornou possível avaliar se atende a todos os princípios e as diretrizes que orientam a elaboração desse tipo de documento. Para uma apreciação mais precisa, serão necessárias mais informações sobre a forma como o referido documento foi elaborado.

Cabe outra sugestão, em relação ao Protocolo, uma vez que indica como forma de organização e participação nos processos desenvolvidos pela ATI junto às pessoas atingidas a conformação das comissões de atingidos. Como existem outras formas de organização coletiva dos atingidos e atingidas nos territórios é preciso ampliar a redação para contemplar as outras formas.



3.2.2 - Comunicação

A ação de comunicação é de caráter transversal, permanente, e abarca tanto o escopo do processo, quanto o do acordo. Apresentada como uma ação relacionada ao princípio da participação informada, essa ação tem papel fundamental na difusão da informação entre as comunidades atingidas. Ressalta-se o caráter multi plataformas e de formatos que o Nacab tem utilizado em seus materiais informativos, seja por meios digitais, audiovisuais e impressos. Não obstante, cabe destaque para a linguagem adotada nos materiais, que se apresentam de forma didática, clara e acessível.

Durante o período de referência do IV Relatório foram produzidas e difundidas, através de mídias *online* e *offline*, 248 (duzentas e quarenta e oito) peças informativas, entre postagens em redes sociais, boletins e cartilhas informativas (digitais e impressas), materiais audiovisuais (como as séries de vídeos “Minuto Nacab” e “De olho na água”), e de áudios (como, por exemplo, o “Café com Nacab”). Cabe destacar que as informações sobre o acordo também têm sido apresentadas por meio dessas estratégias de comunicação, o que permite maior capilaridade e alcance da informação, e a possibilidade de serem consultadas quantas vezes forem necessárias pelas pessoas atingidas, no caso de dúvidas.

A equipe de referência da CAMF, além de consultar os canais oficiais do Nacab regularmente, tais como o site e o seu perfil no *Instagram*, também construiu junto à assessoria de comunicação da ATI um fluxo direto para o recebimento dos materiais de comunicação que são enviados, por aplicativo de mensagens instantâneas, a diversos grupos de atingidos. Assim tem sido possível o acompanhamento, em tempo real, da comunicação da ATI com as pessoas e comunidades atingidas, o que tem sido útil também para o maior conhecimento sobre as diversas ações e iniciativas promovidas pela assessoria em campo.

Cabe destacar que o trabalho da assessoria de comunicação tem sido realizado de forma dialogada com as demais gerências da ATI e, principalmente, com as equipes de analistas de campo lotadas nos três escritórios regionais da Nacab. Isso evidencia a preocupação em construir fluxos comunicacionais e informativos de forma mais próxima das pessoas atingidas.

Também é importante ressaltar a construção conjunta de espaços informativos e de participação, onde as equipes de comunicação das ATIs e da CAMF têm um importante papel no planejamento e na organização de ações transversais, como as reuniões transmitidas (*lives*), para toda a Bacia. Também se pontua a participação ativa das equipes de comunicação das ATIs na construção de seminários temáticos propostos pela CAMF, tais



como o seminário sobre a pesca na bacia do Paraopeba (relevante para compreender a condição atual da pesca na bacia, bem como identificar possíveis alternativas para as famílias de pescadores e pescadoras impactadas) e o seminário sobre os Povos e Comunidades Tradicionais, que busca visibilidade para a temática das comunidades tradicionais frente ao processo de reparação na Bacia do Paraopeba. Ambos previstos para serem realizados a partir de julho de 2021.

Estava previsto no POT, como parte dessa ação, a realização de contatos de assessoria de imprensa, mas que não foram realizados no período em questão. Será importante se retomar essa questão junto à assessoria de comunicação do Nacab para se compreender quais foram os limites que impediram a sua realização e tentar contribuir, dentro dos limites da CAMF, para que soluções e alternativas possam ser pensadas para viabilizar a para a sua implementação.

3.2.3 - Acompanhamento das Famílias e Pessoas Atingidas

Essa ação dialoga com os objetivos da ATI apresentados no Plano de Trabalho (PT V.49), uma vez que visa mapear, mobilizar e engajar pessoas e comunidades atingidas no processo de reparação integral por meio da identificação e construção de espaços de participação social e política. Essa ação é muito importante para a construção de conhecimentos coletivos sobre e pelas comunidades atingidas, pois fomenta espaços de reflexão e qualifica as demandas e reivindicações dessas populações.

A ação pressupõe a construção de agendas para encontros, reuniões, visitas e contatos diretos para que a ATI realize o trabalho de comunicação e construção coletiva da reparação. Os temas, pautas e objetivos desses espaços são construídos conforme o diálogo com as pessoas e comunidades atingidas, e são alinhados com o corpo técnico da ATI, bem como com as demais assessorias da bacia do Paraopeba, com a CAMF, as IJs e o Comitê de Compromitentes, quanto necessário.

Apesar dos desafios impostos pela pandemia, como a impossibilidade de realização de atividades coletivas de forma presencial, o que seria usual para as metodologias participativas desenhadas pela ATI, foi possível observar que a estratégia construída – com a atuação de pontos focais, que são técnicos (analistas de campo) lotados nos escritórios regionais do Nacab, que atuam como referências para as comunidades e comissões locais – tem proporcionado bons laços de proximidade, fortalecendo o processo de construção de vínculos e de confiança. Por outro lado, tem sido apontada pela própria ATI a necessidade de se tentar



alcançar, diretamente, um maior número de atingidos e atingidas, seja pelo reforço nas estratégias de comunicação e de engajamento, seja na perspectiva de retomada de parte das atividades presenciais em alguns territórios a partir de julho.

No período de março a maio de 2021 foram realizados 71 encontros virtuais, sendo para o levantamento de demandas para projetos do anexo I.3, para ampliação de contatos, acolhimento de outras demandas, esclarecimento às comunidades sobre os anexos I.1, I.2 e I.3 do acordo e acompanhamento das chamadas do CTC-UFGM.

Cabe destacar, ainda, as 25 reuniões que o Nacab articulou junto às comunidades atingidas e os poderes públicos municipais da região 3, sobre os projetos e recursos previstos no anexo I.3 do acordo. Esse tipo de abordagem possui um destaque positivo, pois indica uma aproximação do Nacab e das populações atingidas com os poderes públicos locais, importante para o fortalecimento institucional da ATI e maior proximidade dos agentes de campo das populações atingidas.

Por fim, recomenda-se a descrição sobre o processo de consulta do Programa de Transferência de Renda (anexo I.2). Apesar de estar descrito no eixo IV - Reparação, o processo envolveu e mobilizou pessoas e comunidades atingidas a partir das etapas da atividade desse eixo. Também se sugere a apresentação de uma estimativa da quantidade de pessoas atendidas em suas referidas localidades, muito embora a falta deste item não traga prejuízos para a compreensão das atividades trimestrais. Todavia, tal inserção poderia trazer mais elementos para se refletir sobre a abrangência do trabalho da ATI no território, importante elemento para o monitoramento e a avaliação da sua atuação junto às pessoas atingidas.

3.2.4 - Gestão da Participação

A ação de gestão da participação visa o planejamento da execução das atividades desenvolvidas junto às comunidades atingidas, bem como o monitoramento das ações e atividades nos espaços participativos promovidos pela ATI. Conforme descrito no POT, cabe destacar que esta é uma ação que não estava prevista no antigo Plano de Trabalho (V49), mas foi o resultado de uma aglutinação de três ações nele previstas: “Realização de Encontros, Assembleias e Reuniões junto às Comunidades”, “Monitoramento das Comissões” e “Relações Institucionais”.

A ação é desenvolvida por meio da atividade de “Planejamento, execução e monitoramento das ações da ATI”, de caráter permanente, relacionada tanto ao processo



quanto ao Acordo. Estão previstas nove etapas até a sua finalização, sendo que todas encontram-se iniciadas e em execução.

Durante o período a que se refere o IV Relatório, o Nacab realizou 210 reuniões e encontros contemplando as atividades propostas no POT. Foram organizados: a) espaços de interlocução interno, considerando diálogos inter gerenciais e multidisciplinares, com o objetivo de refletir sobre estratégias de mobilização; b) reuniões para a participação e colaboração com as demais ATIs, em reuniões mediadas pela CAMF; c) espaços coletivos junto às pessoas atingidas da região 3, buscando a garantia da participação e da informação qualificada; d) formações e capacitações para as equipes de campo da assessoria bem como para as comunidades e comissões; e) alinhamentos com a assessoria de comunicação da ATI para subsidiar a produção de materiais informativos e, f) monitoramentos das comissões e comunidades atingidas.

Em relação ao monitoramento das comissões, cabe destacar que o Nacab realizou 100 entrevistas semiestruturadas junto às representações de 20 das 21 comissões de atingidos da região 3, representando uma excelente cobertura no território, que viabiliza monitorar e avaliar a dinâmica de cada comissão, as percepções sobre o processo de reparação em curso e a relação e o trabalho desenvolvido pelo Nacab com elas. Apenas a comissão da Comunidade de Pontinha não participou deste processo de avaliação, pelas razões já apontadas anteriormente.

Como produtos dessa atividade são previstos relatórios com as transcrições das entrevistas e com análises, sistematizações e dados compilados sobre todo o processo de monitoramento e avaliação das comissões. Observa-se que é uma ação que vem sendo desenvolvida por meio do uso de metodologias e fluxos considerados estratégicos, uma vez que permite a compreensão sobre o trabalho da assessoria e do processo de reparação a partir da perspectiva das pessoas atingidas.

3.2.5 - Formação e Treinamento

A ação de formação e treinamento se desdobra em duas atividades, sendo: 1) Formação da equipe interna e 2) Formação das comissões e comunidades. Em relação à primeira é possível observar, a partir dos acompanhamentos dos espaços formativos sobre o Acordo, que a atividade cumpriu com os objetivos propostos, apesar de terem sido observados, em situações excepcionais durante a condução de atividades junto às pessoas



atingidas, alguns desalinhamentos de parte das equipes da assessoria, mas que foram sendo corrigidos ao longo do processo.

No período que compreende o relatório analisado, foram realizados 15 espaços de formação para toda a equipe da ATI, ou para equipes específicas. Além destes espaços próprios para as atividades formativas, é destacado que dentro das gerências, nos Grupos de Trabalho Interdisciplinares e nas reuniões dos escritórios de campo há um permanente processo de compartilhamento de informações e avaliações sobre o trabalho realizado. Em relação ao plano de formação proposto, é informado que o mesmo encontra-se em processo de revisão e reelaboração, sendo o prazo informado para a sua entrega: julho de 2021.

A atividade de “Formação para as comissões” são espaços formativos que visam promover as condições para a participação informada das pessoas atingidas. Nesse sentido, se faz importante observar a realidade e o contexto das comunidades, realizando adequações metodológicas e de linguagem, o que se torna mais desafiador no contexto da pandemia. Contudo, conforme apresentado no IV Relatório, o Nacab realizou atividades formativas junto às 21 comissões de atingidos da região 3, totalizando no período 76 espaços formativos.

A capacitação das equipes para a promoção da participação informada nos territórios atingidos também é ação relevante, pois fornece elementos para um acolhimento sensível e ao mesmo tempo alinhado com o processo de reparação. Essas atividades de formação abordaram, principalmente, as discussões relativas aos anexos I.2 e I.3 do Acordo. Esse direcionamento é avaliado como importante, já que se observam muitas demandas por informação das comunidades acerca do Acordo, e a necessidade de traduzi-lo para uma linguagem clara e adaptada às realidades das pessoas atingidas requer a formação qualificada das equipes.

3.2.6 - Assessoria Jurídica Transversal

A presente ação compreende a atividade de “Orientação Jurídica” e tem como escopo o processo e o Acordo, sendo de caráter permanente, motivo pelo qual seu status foi descrito como “em andamento”. A ação está intimamente relacionada à promoção qualificada da participação informada dos atingidos, que necessitam frequentemente de informações sobre o processo, o Acordo, os andamentos processuais, as Instituições de Justiça, demandas individuais, entre outros. As orientações jurídicas são, muitas vezes, realizadas em reuniões coletivas *online* com as comissões ou com pessoas atingidas, e que são, na medida do possível, acompanhadas pela CAMF.



Entretanto, o IV Relatório destaca que além das demandas coletivas apresentadas e sanadas nas reuniões, também houve orientações jurídicas individuais prestadas às pessoas atingidas, bem como formações gerais com a equipe da ATI (foram realizadas duas, durante o período de março a maio de 2021). Além disso, a gerência jurídica também esteve disponível em espaços com as outras gerências. Ainda foram descritas ações de revisão de documentos de cunho informativo e participação na elaboração de comunicações importantes sobre o processo de reparação e participação dos atingidos.

O principal desafio relatado pela ATI diz respeito ao baixo acesso aos meios de comunicação e às restrições para idas ao campo e para o recebimento das pessoas atingidas nos escritórios. Tais problemas, decorrentes da pandemia do Covid-19 têm sido limitantes de uma série de iniciativas, tal como já apontado anteriormente. É importante destacar que as reuniões acompanhadas pela CAMF, que tinham como finalidade a prestação de informações ou esclarecimento de dúvidas por parte da equipe jurídica sobre o processo ou sobre o acordo, se mostraram, em geral, com um bom número de participações e intervenções, e um bom nível de satisfação dos atingidos quanto aos seus resultados.



3.3 - Eixo III - Assistente Técnico das Instituições de Justiça

As ações apresentadas neste eixo dialogam com os objetivos da ATI, propostos no Plano de Trabalho (V.49), e se relacionam à construção de processos para a identificação e mensuração de danos individuais e coletivos nos territórios e das pessoas atingidas na região 3. Este eixo reúne seis ações: i) Matriz de Danos; ii) Estudos para caracterização sociodemográfica, econômica e cultural do território, identificação de atingidos e levantamentos de danos materiais e imateriais; iii) Diagnóstico Socioambiental; iv) Diagnóstico e monitoramento dos impactos sobre abastecimento e consumo de água; v) Avaliação de Risco à Saúde e vi) Assessoria Jurídica Transversal.

São desdobramentos destas ações 16 atividades, estando estas todas em andamento (conforme planejamento do POT). Em linhas gerais, essas atividades visam subsidiar o processo com provas e evidências para a defesa dos interesses e dos direitos das populações atingidas pelo desastre, visando à reparação integral.

3.3.1. Matriz de Danos

Parte considerável da descrição da ação possui o mesmo texto apresentado no POT, com poucas informações acrescidas ao relatório trimestral. Foi incorporada apenas uma citação sobre as atividades de estudos de todas as matrizes de danos existentes e elaboração do termo de referência para contratação de consultoria especializada. Como não foram incorporados novos elementos que permitissem a apreciação das atividades executadas no período, e não houve acompanhamento direto da CAMF sobre as atividades executadas, não foi possível avaliar qualitativamente a execução do quadro completo das atividades vinculadas à elaboração da matriz de danos.

No que se refere à atividade de "Sistematização e categorização dos danos levantados pelas pesquisas" é sabido que a execução das atividades relacionadas à implementação do Acordo geraram atrasos na elaboração das matrizes de danos propostas, não apenas para o Nacab, mas para todas as assessorias. Assim, é justificável o atraso de um mês para o início da contratação da consultoria escolhida para a sistematização dos danos (ATEMAB/IPPUR/UFRRJ). A nova previsão de início do referido trabalho é julho de 2021. Recomenda-se ao Grupo de Trabalho Interno sobre a Matriz de Danos que o Termo de Referência para a contratação da consultoria não deixe de contemplar as seguintes exigências:



- Equipe técnica multidisciplinar (profissionais da saúde, economia, direito, ciências sociais, arquitetura e ciências agrárias, dentre outras área de conhecimento);
- Entregas parciais de relatórios contendo: i) as fontes e os valores de mercados utilizados para compor o valor final dos danos; ii) relatórios e memórias de cálculo demonstrando o cálculo de cada um dos valores finais.

A equipe multidisciplinar objetiva evitar erros grosseiros na proposta de sistematização e valoração dos danos, que poderiam ser facilmente evitados com a interpretação técnica da matéria. Caso haja necessidade de revisão do valor de algum dano, posteriormente à finalização do contrato da consultoria, os relatórios parciais serão essenciais, visto que possibilitarão a revisão e alteração da proposta inicial dos valores da matriz, conferindo maior autonomia ao Nacab na “manipulação” das informações sobre os danos constantes na matriz.

3.3.2. Estudos para caracterização sociodemográfica, econômica e cultural do território, identificação de atingidos e levantamentos de danos materiais e imateriais.

Uma das atividades do escopo dessa ação, o “Diagnóstico de Caracterização Sociodemográfica, econômica, cultural e Levantamento dos danos patrimoniais e socioculturais” foi previsto para realização em duas etapas, uma remota e uma presencial. A pesquisa teve seu início no dia 26 de maio e foram realizadas reuniões semanais de acompanhamento e monitoramento entre o Nacab e a empresa contratada. A etapa presencial da pesquisa estava prevista para iniciar no dia 19 de julho de 2021.

O diagnóstico proposto constitui-se de uma pesquisa amostral, se assemelhando ao trabalho proposto pela Chamada 3 do CTC/UFMG. Os resultados permitirão uma visão geral do perfil dos núcleos familiares atingidos e a possibilidade de se fazer estimativas de danos individuais, ou seja, conhecer quantas pessoas perderam o emprego após o desastre, por exemplo. Importante ressaltar que não há um levantamento de dados individuais, ou seja, cumpre-se o objetivo 3.1 do Termo de Referência - caracterizar, do ponto de vista socioeconômico, demográfico e cultural, a população e área atingida.

Por ser uma pesquisa quantitativa, as perguntas já estão direcionadas aos danos que o Nacab avaliou como existentes, a partir dos dados primários coletados em campo no processo de assessoramento das comunidades e pessoas atingidas. Portanto, não há uma construção de tipologia a partir da pesquisa qualitativa, como a construída na Chamada 3.



A equipe de referência e a assessoria em socioeconomia da CAMF não tiveram acesso a documentos, nem participaram de reuniões de planejamento/elaboração/preparação do referido levantamento. A equipe de referência acompanhou, no último período, apenas a execução do diagnóstico, a partir de reuniões de trabalho entre a gerência de socioeconomia, responsável pela execução, as equipes de analistas de campo do Nacab e os aplicadores da CP2 (consultoria contratada para essas atividades). As reuniões tiveram caráter de planejamento do processo de aplicação da pesquisa e formação das equipes sobre o formulário a ser aplicado. Também foram acompanhadas algumas reuniões junto aos atingidos e atingidas, voltadas para a sensibilização e compartilhamento de informação sobre a realização do diagnóstico pela consultoria contratada.

Importante ressaltar que o cenário de contingenciamento de recursos vivenciado pela assessoria, entre o final do ano passado e o início deste ano, devido às incertezas e ao atraso na liberação do 2º repasse financeiro, prejudicou o início desta atividade no tempo inicialmente previsto, porque foi necessária a suspensão do contrato da consultoria. Quando retomado, foi rapidamente executado, prejudicando o diálogo junto às pessoas atingidas. A partir dos espaços acompanhados, percebeu-se a preocupação das equipes de campo da assessoria em construir processos dialógicos participativos junto às comunidades sobre os objetivos do diagnóstico e a sua forma de execução. Porém, o pouco tempo existente para o trabalho de preparação e sensibilização das comunidades prejudicou o bom entendimento das pessoas atingidas nos momentos iniciais da pesquisa. Contudo, as dificuldades encontradas durante a execução do diagnóstico foram debatidas internamente na assessoria e com as comunidades, o que possibilitou a construção de alternativas metodológicas consensuadas com as comunidades, importantes para garantir o sucesso do diagnóstico. Nesse sentido, cabe apontar a decisão (correta) de antecipar a aplicação do questionário de forma presencial.

Mesmo considerando não ser possível avaliar o levantamento sobre os danos sem o instrumento completo, já que os documentos aos quais se teve acesso: Termo de Referência para contratação da consultoria responsável pela aplicação do diagnóstico; Manual de Treinamento da equipe da CP2, em que são apresentadas algumas questões do diagnóstico; Texto explicativo da pesquisa diagnóstica produzido pela Gerência de Socioeconomia e Cultura, apresentam apenas parte do mesmo, a assessoria temática em socioeconomia da CAMF elaborou algumas considerações sobre o formulário:

- Sobre as questões aplicadas a pessoas com idade inferior a 18 anos: Não foi compreendido porque pessoas menores de idade não respondem questões sobre trabalho e escolaridade, dado que, alguns poderiam não trabalhar e passaram a precisar trabalhar,



ou crianças que frequentavam escola e não o fazem após o rompimento da barragem, etc.;

- Sobre a avaliação de impactos à saúde, a pergunta 86, que avalia este impacto, foi organizada de forma a questionar se a pessoa entrevistada ou alguém com quem reside desenvolveu uma doença. A forma da questão não permite estimar quantas pessoas foram afetadas. Por exemplo, mais de um membro do núcleo familiar pode ter apresentado alguma doença, mas haverá apenas uma marcação. O ideal seria a construção de um questionário que permitisse perguntar quantas pessoas foram afetadas para cada uma das doenças apresentadas ou perguntar para cada membro da família se houve afetação por doença, permitindo desta forma construir uma estimativa de afetação por indivíduos e não apenas por núcleo familiar;
- Em relação às questões referentes às atividades econômicas, há uma sobre o porquê das perguntas não serem diretas, caracterizando a atividade realizada antes do rompimento e sua situação após o rompimento. Com a opção “Passou a produzir”, é entendido que a pessoa que não produzia antes pode responder esta opção, entretanto o formato se difere de outras questões, podendo confundir a pessoa entrevistada, principalmente se todas as opções de resposta forem lidas;
- Não está claro quais são os procedimentos de amostragem e de substituição de pessoas quando recusam responder ou não são encontradas.

Outras observações sobre o diagnóstico apontadas foram: i) questionário longo para ser respondido por telefone; ii) necessidade de cuidado para não enviesar a amostra devido ao fato de algumas pessoas (talvez) não terem acesso a telefone; iii) necessidade de cuidado com a entrada no campo de mais um ator externo ao processo, a consultoria da CP2.

Para a execução da atividade “Diagnóstico dos Povos e Comunidades Tradicionais e do Patrimônio Imaterial” houve a contratação da consultoria Confluência, em 14 de abril de 2021. No mês de maio houve uma reunião formativa entre as equipes do Nacab e da Confluência para subsidiar a elaboração de um plano de trabalho. Por decisão de suas lideranças, as comunidades quilombolas da região 3 não fazem parte do escopo da pesquisa, já que estão buscando, junto às IJs, a constituição de uma assessoria técnica própria. Mas, caso haja reversão desse cenário, será possível a inclusão dessas comunidades no escopo do diagnóstico proposto. A equipe da CAMF teve acesso ao plano de trabalho elaborado pela Confluência. Não foram obtidas informações sobre a aprovação do documento pela equipe do Nacab, mas considerando o documento, avaliou-se que a proposta metodológica apresentada, de natureza qualitativa, é coerente com os objetivos e as especificidades dos grupos a serem



pesquisados. Destaca-se que o Nacab já ponderou as possíveis limitações impostas pela pandemia, sendo importante ressaltar que parte dos grupos focais e entrevistas previstas no plano poderão ser realizados remotamente.

Para a atividade do “Diagnóstico dos Povos de Terreiros” foram iniciadas, no mês de março, os trâmites para a contratação da consultoria Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro Brasileira (Cenarb). Nesse sentido, foram realizadas cinco reuniões de alinhamento entre o GT Povos e Comunidades Tradicionais do Nacab e o Cenarb. Os encontros visavam o estabelecimento das etapas necessárias à celebração do contrato e alinhamentos sobre as diretrizes para o diagnóstico, tais como: elaboração do Termo de Referência, elaboração da proposta técnica-comercial orientada pela assessoria jurídica, bem como um diálogo sobre a elaboração do Protocolo de Consulta Livre Esclarecida e de Boa Fé. O contrato foi assinado em 20 de maio de 2021, seguido do início das atividades. A equipe de referência não acompanhou o processo interno de discussão e elaboração da proposta do diagnóstico, porém, avaliando o que foi apresentado no plano de trabalho, e considerando o questionário a ser aplicado pelo Cenarb, a assessoria temática em socioeconomia da CAMF apresentou as seguintes avaliações:

- Sobre a Pesquisa: A realização de pesquisa qualitativa é fundamental, dada a necessidade de mapear uma comunidade pequena. Além disso, os resultados da pesquisa qualitativa podem auxiliar a revisão do questionário, para inclusão/exclusão de categorias, principalmente com relação aos danos. Por se tratar de um grupo pequeno e com universo desconhecido é importante detalhar o plano amostral para uma melhor execução desta pesquisa.
- Sobre o questionário: i) Importante observar que embora a pergunta seja sobre sexo, as respostas dizem sobre identidade de gênero; ii) Os grupos da variável faixa etária estão grandes, se houver concentração em um e/ou outro grupo isso dificultará a análise por falta de variabilidade, sendo melhor uma questão aberta para idade. O mesmo ocorre para as variáveis sobre renda; iii) união estável não se configura como estado civil. Importante se atentar ao conceito na análise, mas não é sugerido alterar a pergunta, pois iria criar a necessidade de uma nova questão; iv) Para a melhor mensuração do número de pessoas atingidas e da composição familiar, sugere-se que a pergunta número de filhos seja aberta, é possível recodificá-la depois, se for o caso; v) A categoria negra refere-se à soma de pardos e pretos, ou seja, sugiro alterar negro para preto, já que há a categoria pardo. Isso também facilita comparações com outros dados, por ser a classificação adotada pelo IBGE.



O “Diagnóstico sobre o impacto do desastre na vida das mulheres” encontra-se dentro do prazo indicado no POT, tendo sido consolidado o Grupo de Trabalho Interno. No mês de maio o referido grupo realizou a etapa de elaboração do Termo de Referência (TR) para a contratação de uma consultoria especializada, cujo chamamento público foi aberto no mês de julho. Não foram descritas no relatório trimestral maiores elementos sobre essa ação.

O “Diagnóstico de avaliação dos impactos em saúde e proteção social” encontra-se em fase de maturação interna da proposta, com a constituição do Grupo de Trabalho Interno em Saúde no mês de abril. Este grupo irá subsidiar a elaboração de TR que irá orientar a contratação de uma consultoria especializada. Foi relatado pelo Nacab o diálogo com as demais ATIs sobre a temática da saúde. Após finalização da elaboração do TR e cumprimento de etapas administrativas, foi prevista para final de junho a abertura do edital de chamamento público, estando essa etapa com um mês de atraso em relação ao cronograma estabelecido no POT.

Um dos desafios da equipe da assessoria para elaboração da proposta é a ausência de um profissional em saúde coletiva na equipe do Nacab. Para subsidiar o processo de elaboração da proposta do diagnóstico, a assessoria temática em saúde da CAMF sugere, como possíveis fontes dados secundários, o acesso a bancos de dados do Ministério de Saúde (que são abertos a todos), tais como: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) e Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). A partir dos dados do SIM, é possível a apresentação de indicadores de mortalidade geral e específicas por grupos populacionais e causas selecionadas. A partir do SINASC, é possível obter indicadores de mortalidade infantil e materna e condições de nascimento, tais como anomalias e baixo peso. A partir do SINAN, têm-se indicadores de ocorrência de doenças, que podem estar relacionadas ao desastre em questão, como as arboviroses; taxas de internação por causas e os atendimentos por profissional psicólogo, com dados obtidos do SISAB/e-SUS, e atendimentos psicossociais com dados obtidos no SIA-SUS.

3.3.3. Diagnóstico Socioambiental

A primeira atividade integrante dessa ação é a de “Monitoramento dos danos causados pelo rompimento sobre fatores bióticos e abióticos da Região 3”, que visa a elaboração de relatórios de monitoramento, com periodicidade trimestral, a partir da sistematização de dados primários e secundários. No período de cobertura do IV Relatório foram realizadas a



entrega de um relatório de monitoramento, pesquisas nos mecanismos de busca científica e portais governamentais de artigos científicos, além de uma nova solicitação de dados de estudos ambientais, via Comitê-Pró-Brumadinho, à Vale S.A. Como desafio para a execução da atividade foi relatado a não disponibilização dos estudos, pareceres e relatórios técnicos elaborados por outras instituições. Apesar dessas dificuldades a atividade vem sendo realizada em conformidade com os prazos previstos. Mas, como não há um detalhamento sobre a sua execução, e como a equipe de referência não acompanhou diretamente as atividades da gerência socioambiental, responsável por essa atividade, não foi possível uma análise aprofundada sobre as etapas já realizadas e sobre o relatório de monitoramento trimestral já feito. Foi solicitado ao Nacab o acesso a essas informações e ao referido relatório de monitoramento, para futuras análises e acompanhamentos junto à gerência socioambiental.

Para a atividade do “Diagnóstico Territorial Socioambiental Ampliado” foram realizadas, entre março e maio de 2021, a coleta de pontos (coordenadas geográficas) no território para o georreferenciamento das imagens de alta resolução, a geração de variáveis de classificação com análises para comissões e municípios e verificação de lacunas fundiárias, com prazo previsto para finalização até setembro de 2021, estando em andamento. Conforme descrito, a atividade está com cronograma ajustado ao previsto no POT.

Para o “Monitoramento dos conflitos socioambientais da Região 3”, está sendo elaborado, desde março de 2021, um plano de monitoramento, que prevê a construção de diretrizes para execução da atividade. O seu planejamento tem sido realizado nas reuniões internas semanais da gerência socioambiental, e em outras reuniões com participações de outros membros da ATI. Questionado sobre o não cumprimento do prazo para entrega do plano de monitoramento (que devia ter sido finalizado até o final de março de 2021), o Nacab explicou que constituiu um Grupo de Trabalho Interno sobre os conflitos, e que revisou o prazo de entrega do plano para agosto de 2021, quatro meses após o inicialmente proposto, sobretudo por causa do atravessamento de demandas intempestivas que têm impedido a dedicação dos integrantes desse Grupo de Trabalho para a atividade. O formulário para monitoramento dos conflitos foi finalizado e pretende ser preenchido por meio de um aplicativo de domínio do Nacab. O acesso ao referido formulário foi solicitado, para que a CAMF pudesse avaliar o conteúdo das questões, porém não foi recebido em tempo hábil para a análise antes da finalização do presente parecer.

Já a atividade de “Análise de fatores bióticos e abióticos” tem como objetivo a coleta e análise de dados primários abrangendo: i) solo, ii) ar, iii) ictiofauna, iv) animais domésticos; v) produtos agrícolas. Dados sobre a qualidade dos solos são permanentemente

demandados pelos atingidos e atingidas da região 3, o que justifica a execução dessa atividade. No que tange às análises de solo, realizadas pela a empresa Tommasi Analítica Ltda., houve a entrega de um primeiro relatório em fevereiro de 2021 e um segundo relatório em março de 2021. Em maio foram descritas reuniões com os analistas de campo (pontos focais da gerência socioambiental) para diálogo sobre os resultados encontrados, sendo previstas para final de julho algumas reuniões de devolutiva junto às pessoas e comunidades atingidas. A equipe de referência acompanhou espaços internos da assessoria para apresentação e discussão dos resultados dessas análises e teve acesso a uma cartilha digital, que apresenta os principais resultados obtidos. Essa cartilha apresenta os dados obtidos para metais no solo e as alterações na estrutura física do solo, devido à deposição do rejeito oriundo do rompimento. Apesar da complexidade do tema, a CAMF avaliou que o material produzido tem boa qualidade e linguagem acessível, constituindo um importante instrumento para a divulgação do diagnóstico realizado. E reforça, considerando a expectativa das pessoas atingidas, a relevância da realização das reuniões que vêm sendo planejadas pela equipe técnica para as devolutivas.

Já o estudo de ictiofauna, que havia sido suspenso temporariamente em março de 2021, devido ao atraso na liberação de recursos para a ATI, foi retomado e aguarda a liberação de uma autorização de manejo da ictiofauna, que foi solicitada em abril ao Instituto Estadual de Florestas (IEF), que tem prazo de até 90 dias para emití-la.

Para a atividade “Avaliação de risco de cheias”, em abril de 2021 deu-se continuidade à sistematização dos dados primários e à revisão dos relatórios de campo das comissões. O planejamento das atividades é realizado nas reuniões semanais da gerência socioambiental e, eventualmente, em reuniões com a participação de outros membros da ATI. Sua finalização está prevista para setembro de 2021. A partir de informações complementares demandadas pela CAMF, foi possível identificar que a etapa de modelagem de dados foi finalizada em março (antes do prazo previsto no POT) e que a etapa de devolutiva teve prazo adequado e acontecerá entre os meses julho e agosto objetivando executá-la conjuntamente com as devolutivas do estudo de solo.

O surgimento recorrente de demandas urgentes, que acarretam a realocação de parte da equipe dedicada a uma atividade, foi apresentado como justificativa para a não execução e replanejamento dos prazos para diferentes atividades ligadas à ação do Diagnóstico Ambiental.

Considerando a relevância temática e a grande expectativa das comunidades atingidas no conhecimento dos resultados das análises vinculadas a essa ação, faz-se necessário refletir

